

# Propostas para Competitividade da Indústria Paranaense

Recomendações para Política Industrial



**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP**

Presidente: Edson Campagnolo

Superintendente Corporativo: Ovaldir Nardin

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARANÁ – SESI/PR**

Superintendente: José Antonio Fares

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL / DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARANÁ – SENAI/PR**

Diretor Regional: Marco Antonio Areias Secco

**INSTITUTO EUVALDO LODI / DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARANÁ – IEL/PR**

Superintendente: José Antonio Fares

**Coordenação Executiva**

Rodrigo Rafael de Medeiros Martins  
Ovaldir Nardin  
João Arthur Mohr

**Coordenação Técnica**

Marilia de Souza

**Organização**

Marilia de Souza  
Ariane Hinça Schneider  
Raquel Valença

**Autoria**

Ariane Hinça Schneider  
Carlos Eduardo Fröhlich  
Cristine Bosch  
Dayane Rocha de Pauli  
Franco de Matos  
Geraldo Morceli Bolzani Junior  
Juliana de Rezende Penhaki  
Laila Del Bem Seleme  
Marilia de Souza  
Michelli Gonçalves Stumm  
Raquel Rangel de Meireles Guimarães  
Raquel Valença  
Rogério Allon Duenhas  
Sidarta Ruthes

**Projeto Gráfico  
e Diagramação**

Adriana Brandão  
Aline Kavinski  
Katia Villagra  
Ramiro Pissetti

**Revisão**

Camila Rigon Peixoto

**Colaboração**

Angelo Ricardo de Souza  
Fernando Bunn  
Joana Zattoni Milano  
Maicon Gonçalves Silva

**Colaboração Tecnológica**

Douglas Martinello Karling  
Kleber Cuissi Canuto  
Kleber Eduardo Nogueira Cioccaro  
Paulo Eduardo Monteiro  
Rômulo Vieira Ferreira

Propostas para competitividade da indústria paranaense: recomendações para política industrial. / Ariane Hinça Schneider (org.); Marilia de Souza (org.); Raquel Valença (org.); Ariane Hinça Schneider et al. – Curitiba: Senai/PR, 2014.

108 p. : il. ; 21 cm

ISBN 978-85-88980-91-4

1. Política pública. 2. Indústria. 3. Paraná

I. Souza, Marilia (org.). II. Schneider, Ariane Hinça (org.). III. Valença, Raquel (org.). IV. Fröhlich, Carlos Eduardo. V. Bosch, Cristine. VI. Pauli, Dayane Rocha de. VII. Matos, Franco. VIII. Bolzani Junior, Geraldo Morceli. IX. Penhaki, Juliana de Rezende. X. Seleme, Laila Del Bem. XI. Stumm, Michelli Gonçalves. XII. Guimarães, Raquel Rangel de Meireles. XIII. Duenhas, Rogério Allon. XIV. Ruthes, Sidarta. XV. Título.

**Sistema Fiep**

*Sistema Federação  
das Indústrias do  
Estado do Paraná*  
**Observatórios Sesi/Senai/IEL**

**Campus da Indústria**

*Av. Comendador Franco, 1341  
80215-090 – Jd. Botânico  
Curitiba – PR  
Tel: (41) 3271-7572  
<http://www.fiepr.org.br/observatorios>*

# Compromisso com a Indústria do Paraná

A indústria é o motor de qualquer economia evoluída, como mostra a história dos países mais desenvolvidos do planeta. Mas, no Brasil, o setor industrial passa por um momento extremamente delicado, que coloca em risco o desenvolvimento sustentado do país no futuro.

Por uma série de questões que afetam sua competitividade, diversos segmentos industriais encontram-se hoje em grande desvantagem em relação a seus concorrentes de outros países. Essas dificuldades que elevam o custo do produto brasileiro, fazendo com que ele não encontre espaço no mercado externo e, em muitos casos, deixe de ser atraente até mesmo no mercado interno, tomado por uma enxurrada de mercadorias importadas.

Dentro das empresas, os industriais brasileiros e paranaenses têm buscado soluções e feito investimentos para melhorar sua produtividade, reduzir custos e agregar valor a seus produtos. Porém, a solução para a maior parte dos problemas que afetam a competitividade da indústria nacional e estadual passa, obrigatoriamente, por alterações de dispositivos legais ou criação de políticas públicas. Políticas essas que não devem ser pontuais, mas de longo prazo.

No caso de nosso estado, o Sistema Federação das Indústrias do Paraná defende a implantação de uma política industrial efetiva, construída em conjunto com quem conhece de perto

a realidade, as dificuldades e as potencialidades do nosso setor: os empresários.

Como forma de contribuir e influenciar nesse processo, lançamos este caderno de "Propostas para Competitividade da Indústria Paranaense: Recomendações para Política Industrial". Este documento aponta as ações prioritárias para o nosso segmento, definidas de forma coletiva com a participação de mais de 500 lideranças da indústria e de outros setores da sociedade ligados a ela.

O Sistema Fiep convida todos os postulantes aos cargos públicos que concorrem nas eleições 2014 a se apropriarem das páginas desta publicação. Mais do que isso, pedimos o compromisso dos candidatos com nossas demandas e tornamos público que acompanharemos com atenção o mandato dos eleitos, cobrando a implantação de uma política industrial que efetivamente contribua para o pleno desenvolvimento do nosso estado e nosso país.

Para mudar, é preciso coragem e ousadia. É isso que nós, empresários e cidadãos, esperamos de nossos representantes no Executivo e no Legislativo.

**Edson Campagnolo**

*Presidente do Sistema Fiep*

# Sumário

Apresentação .....	7
Fatores-chave de Competitividade .....	11
Priorização Regional e Estadual .....	13
Recomendações para Competitividade .....	17
Tributação .....	20
Relações de Trabalho .....	25
Educação .....	31
Política e Gestão Pública .....	36
Financiamento Produtivo .....	39
Segurança Jurídica e Burocracia .....	42
Meio Ambiente e Sociedade .....	45
Inovação .....	51
Infraestrutura .....	55
Produtividade .....	62
Mercados .....	66
Política Econômica .....	71
Créditos .....	75
Referências .....	101
Lista de Siglas .....	105



# Apresentação

# Apresentação

Estudos recentes posicionam a competitividade como a capacidade relativa de um território criar e manter ambientes nos quais as empresas podem competir gerando aumento do nível de prosperidade.

Em outras palavras, esses estudos explicitam que a capacidade das empresas gerarem diferencial competitivo é influenciada pelos ambientes social, de mercados, econômico, regulatório, tributário, de relações trabalhistas, entre outros, existentes no território em que estão implantadas.

A ampliação e o compartilhamento desse entendimento, tanto na teoria quanto na prática, vêm envolvendo um número cada vez maior de *stakeholders*. Um dos poucos consensos existentes entre esses atores até o momento é o de que criar e manter ambientes favoráveis à geração de vantagens competitivas deve ser uma prioridade de ação e um desafio a ser enfrentado por todos.

Muitas economias buscam respostas para esse desafio por meio da elaboração e implantação de estratégias voltadas à promoção da competitividade, o que vem definindo a moderna concepção de política industrial.

A análise de *cases* de economias de sucesso permite estabelecer uma estreita conexão entre competitividade, políticas de estado e concertação social em torno do desenvolvimento. E é justamente o estudo e o entendimento das relações de impacto cruzado entre protagonismo empresarial, ação política e prosperidade social que motivaram o Sistema Fiep a buscar a criação de um novo marco nas relações entre setor produtivo, governo e sociedade.

É nesse movimento, de busca por um novo espaço relacional de responsabilidade e comprometimento dos atores responsáveis pela criação e implementação de políticas públicas, que se dá a sistematização deste caderno de **Propostas para Competitividade da Indústria Paranaense: Recomendações para Política Industrial**.

## A INICIATIVA

O Sistema Fiep, como legítimo representante da indústria do estado do Paraná, assumindo seu papel de agente de mudanças e com um entendimento ampliado sobre as relações sistêmicas que impactam a geração de vantagens competitivas, iniciou um grande processo de mobilização para refletir sobre o

protagonismo da indústria e sobre os meios de transformação positiva de diferentes realidades setoriais.

A iniciativa que envolveu o Sesi, o Senai e o IEL do Paraná, e também a Fiep, foi estruturada em torno do objetivo central de contribuir e influenciar na elaboração de políticas que promovam a competitividade industrial paranaense, tendo como objetivos específicos:

- ▶ Identificar fatores-chave de competitividade para a indústria paranaense.
- ▶ Priorizar fatores-chave de competitividade conforme especificidades regionais e também em uma perspectiva de desenvolvimento do estado como um todo.
- ▶ Identificar prioridades, elaborar diretrizes e propor ações de impacto para cada um dos fatores-chave de competitividade.

Realizado entre janeiro e julho de 2014, esse processo contou com a participação ativa de mais de 500 representantes da Indústria, da Academia e do Governo.

O caderno de **Propostas para Competitividade da Indústria Paranaense: Recomendações para Política Industrial** é um dos resultados desse processo, que foi pilotado pela Presidência do Sistema Fiep e pelo Conselho Temático de Política Industrial, Inovação e Design, contando com a realização técnica dos Observatórios Sesi/Senai/IEL do Paraná.

Esta publicação busca sistematizar a inteligência coletiva construída nesses meses de trabalho e se dirige a todos os cidadãos interessados em políticas públicas e desenvolvimento industrial do estado.

Todavia, o documento se destina prioritariamente aos candidatos aos cargos públicos das eleições 2014, dos poderes Executivo e Legislativo, nas esferas estadual e federal.

Partindo de uma construção fundamentada, este documento tem por intenção: comunicar de forma estruturada pleitos e necessidades; contribuir com a proposição de ações transformadoras para os compromissos de campanha e os planos de governo; criar engajamento e comprometimento dos candidatos com a causa da competitividade industrial paranaense.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Essa ação institucional do Sistema Fiep, que culmina na geração deste caderno de recomendações, teve os marcos principais de identificação dos fatores-chave de competitividade definidos a partir de um *benchmarking* de políticas industriais internacionais, federais e estaduais, e uma revisão de literatura sobre temas correlatos, com ênfase em análises do Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, produzido pela CNI, e *The Global Competitiveness Report 2013-2014*, desenvolvido pelo World Economic Forum.



Buscando valorizar contribuições anteriores, foram repertoriadas as demandas industriais provenientes de Fóruns Setoriais e Conselhos Temáticos da Fiep, bem como da Agenda Legislativa da Indústria.

A grande quantidade de informação reunida, tanto de contribuições anteriores quanto de novas contribuições, exigiu importante esforço de síntese e eliminação de redundâncias, demandando a criação de um sistema *web* que facilitasse o acesso aos conteúdos e permitisse a identificação de prioridades.

Um ponto culminante do processo foi a priorização dos fatores-chave de competitividade, que ocorreu por meio de painéis de especialistas, realizados durante a Semana da Indústria, entre 19 e 26 de maio de 2014, nos municípios de Ponta Grossa, Francisco Beltrão, Cascavel, Maringá, Arapongas e Curitiba. Nesses encontros, utilizando o sistema *web* construído especialmente para o projeto, foi realizada a priorização dos fatores-chave de competitividade nas perspectivas regionais e estadual.

O recorte geográfico utilizado neste trabalho é o adotado pelo Sistema Fiep, que para os fins de suas atividades, divide o Paraná em seis regionais: Noroeste, Oeste, Sudoeste, Norte, Campos Gerais e Regional Metropolitana de Curitiba – RMC.

O processo foi marcado por grande interação humana. Foram realizadas várias séries de entrevistas, reuniões, grupos de trabalho, ateliês de discussão e painéis de especialistas em diferentes momentos da construção. Ao todo, foram envolvidos mais de 500 atores estratégicos da sociedade paranaense, provenientes de Conselhos Temáticos e Setoriais e equipes técnicas do Sistema Fiep; grupos de pesquisa em políticas públicas; institutos de pesquisa; sindicatos filiados à Fiep; empresas; instituições de fomento; Governo.

## ESTRUTURA LÓGICA DO CADERNO

A concepção do caderno foi pautada pela objetividade da informação. Nas próximas páginas, serão identificados os fatores-chave de competitividade paranaense. Estes, na sequência, serão posicionados conforme as priorizações regionais e em uma perspectiva sistêmica estadual. Finalmente, cada um dos fatores-chave é retomado acompanhado de um conjunto de recomendações orientadas para a competitividade.

Importante ressaltar que o conteúdo apresentado não tem a intenção de ser exaustivo. Espera-se que as reflexões inerentes a este amplo processo de mobilização sejam compartilhadas e enriquecidas por uma massa crítica preocupada com o desenvolvimento da indústria do estado.

# Fatores-chave de Competitividade

# Fatores-chave de Competitividade

**“Os fatores-chave de competitividade são temas essenciais a serem trabalhados na Política Industrial Paranaense com vistas à competitividade da indústria do estado”.**

Doze **fatores-chave de competitividade** foram identificados como determinantes para a prosperidade do tecido industrial paranaense. São eles:

- ▷ Tributação
- ▷ Relações de Trabalho
- ▷ Educação
- ▷ Política e Gestão Pública
- ▷ Financiamento Produtivo
- ▷ Segurança Jurídica e Burocracia
- ▷ Meio Ambiente e Sociedade
- ▷ Inovação
- ▷ Infraestrutura
- ▷ Produtividade
- ▷ Mercados
- ▷ Política Econômica

A identificação e o aprofundamento desses temas fundamentais têm como propósito:

- ▶ Subsidiar os candidatos na elaboração dos planos de governo.
- ▶ Alimentar discursos e provocar comprometimentos políticos.
- ▶ Servir como marco de referência na elaboração de políticas industriais.

Nas páginas que seguem, os fatores-chave são analisados à luz de duas óticas:

- ▷ **Priorização Regional e Estadual** – apresentação da ordem de priorização para os 12 temas a serem trabalhados na Política Industrial Paranaense, considerando especificidades das seis regionais do Sistema Fiep e o contexto geral do estado.
- ▷ **Recomendações para Competitividade** – apresentação do conjunto de informações orientadas aos 12 fatores-chave, explicitando prioridades, diretrizes e propostas de ação para subsidiar a formulação da Política Industrial Paranaense.

# Priorização Regional e Estadual



# Priorização Regional e Estadual

**“A priorização é o processo que estabelece a ordem de relevância para os 12 temas a serem trabalhados na Política Industrial Paranaense, considerando especificidades das seis regionais do Sistema Fiep e o contexto geral do estado”.**

Esse resultado é fruto do conjunto de análises de mais de 300 atores estratégicos do estado, reunidos em painéis de especialistas durante a Semana da Indústria.

A ordem de priorização para os temas foi norteada pelas seguintes questões provocativas:

- ▶ O que pode alavancar uma transformação maior?
- ▶ Onde é fundamental investir energia?
- ▶ Onde temos poder de ação?

A ideia central da priorização é possibilitar direção e foco para a otimização do uso do tempo, dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

A seguir, é possível visualizar as priorizações dos fatores-chave de competitividade, estruturadas nas seguintes lógicas:

- ▷ **Priorização dos Fatores-chave de Competitividade considerando o Recorte Geográfico de Atuação Regional do Sistema Fiep** – apresenta a ordem de priorização para os 12 temas a serem trabalhados na Política Industrial Paranaense, considerando especificidades das seis regionais do Sistema Fiep.
- ▷ **Priorização dos Fatores-chave de Competitividade para o Estado do Paraná** – apresenta a ordem de priorização para os 12 temas a serem trabalhados na Política Industrial Paranaense, considerando o contexto geral do estado.

# Priorização dos Fatores-chave de Competitividade considerando o Recorte Geográfico de Atuação Regional do Sistema Fiep

## Regional Noroeste

1. Relações de Trabalho
2. Educação
3. Tributação
4. Política e Gestão Pública
5. Financiamento Produtivo
6. Segurança Jurídica e Burocracia
7. Produtividade
8. Meio Ambiente e Sociedade
9. Inovação
10. Mercados
11. Infraestrutura
12. Política Econômica

## Regional Norte

1. Tributação
2. Relações de Trabalho
3. Financiamento Produtivo
4. Política e Gestão Pública
5. Educação
6. Segurança Jurídica e Burocracia
7. Inovação
8. Infraestrutura
9. Meio Ambiente e Sociedade
10. Produtividade
11. Mercados
12. Política Econômica

## Regional Campos Gerais

1. Tributação
2. Relações de Trabalho
3. Educação
4. Segurança Jurídica e Burocracia
5. Política e Gestão Pública
6. Financiamento Produtivo
7. Inovação
8. Meio Ambiente e Sociedade
9. Infraestrutura
10. Mercados
11. Política Econômica
12. Produtividade

## Regional Oeste

1. Tributação
2. Política e Gestão Pública
3. Relações de Trabalho
4. Financiamento Produtivo
5. Educação
6. Segurança Jurídica e Burocracia
7. Política Econômica
8. Infraestrutura
9. Produtividade
10. Inovação
11. Meio Ambiente e Sociedade
12. Mercados

## Regional Sudoeste

1. Tributação
2. Relações de Trabalho
3. Educação
4. Política e Gestão Pública
5. Segurança Jurídica e Burocracia
6. Financiamento Produtivo
7. Mercados
8. Meio Ambiente e Sociedade
9. Produtividade
10. Infraestrutura
11. Política Econômica
12. Inovação

## Regional Metropolitana de Curitiba

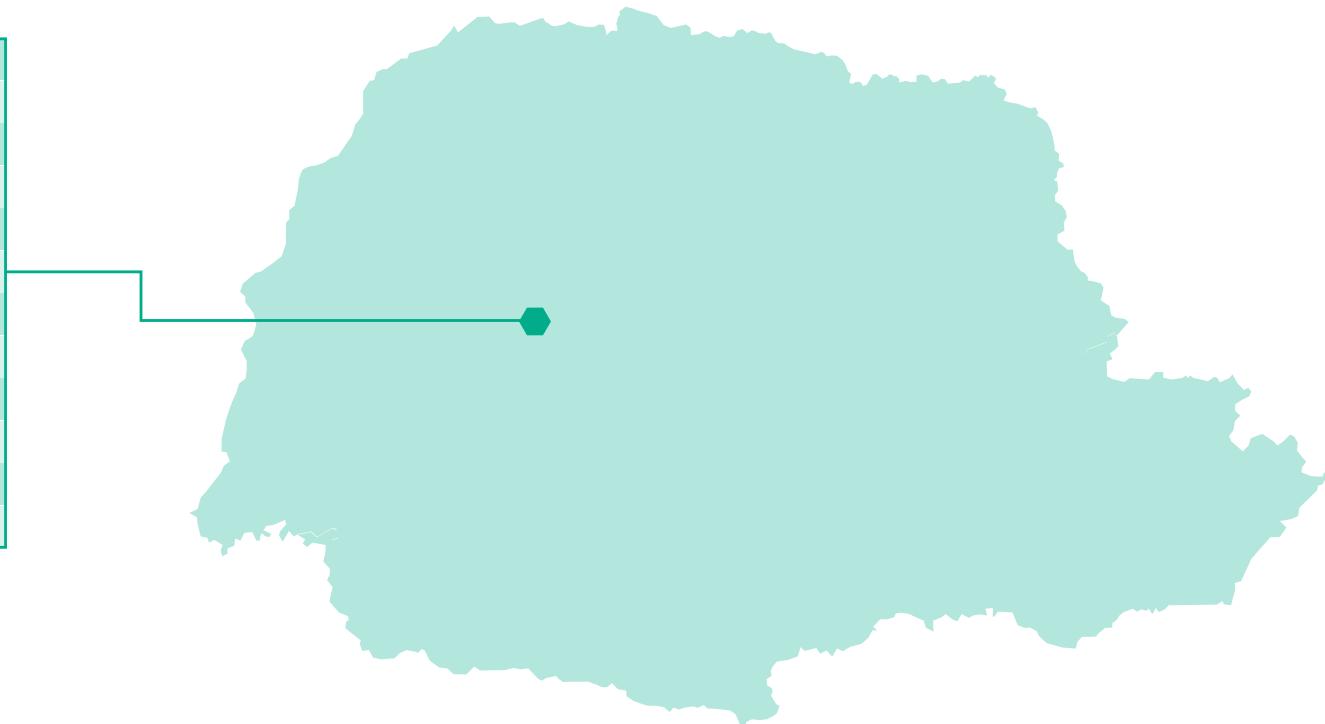
1. Tributação
2. Segurança Jurídica e Burocracia
3. Relações de Trabalho
4. Educação
5. Política e Gestão Pública
6. Financiamento Produtivo
7. Inovação
8. Mercados
9. Produtividade
10. Infraestrutura
11. Política Econômica
12. Meio Ambiente e Sociedade



# Priorização dos Fatores-chave de Competitividade para o Estado do Paraná

## Estado do Paraná

- |                                    |
|------------------------------------|
| 1. Tributação                      |
| 2. Relações de Trabalho            |
| 3. Educação                        |
| 4. Política e Gestão Pública       |
| 5. Financiamento Produtivo         |
| 6. Segurança Jurídica e Burocracia |
| 7. Meio Ambiente e Sociedade       |
| 8. Inovação                        |
| 9. Infraestrutura                  |
| 10. Produtividade                  |
| 11. Mercados                       |
| 12. Política Econômica             |



# Recomendações para Competitividade



# Recomendações para Competitividade

**“As recomendações são o conjunto de informações orientadas aos 12 temas essenciais a serem tratados na Política Industrial Paranaense visando à promoção da competitividade”**

Essas informações contemplam os seguintes conteúdos:

- ▶ **Contextualização** – breve embasamento teórico que demonstra a importância dos fatores-chave de competitividade.
- ▶ **Prioridades** – pautas preferenciais a serem trabalhadas dentro dos fatores-chave de competitividade. Mostram-se presentes apenas em situações nas quais os fatores-chave merecem ter suas especificidades tratadas de forma desagregada.
- ▶ **Diretrizes** – orientações estratégicas a serem seguidas para a transformação das realidades dos fatores-chave de competitividade.
- ▶ **Ações Transformadoras** – conjunto de ações ou estratégias que devem ser implementadas para o alcance das diretrizes. Cada uma das propostas é avaliada sob a perspectiva de responsabilidade dos governos federal e/ou estadual.

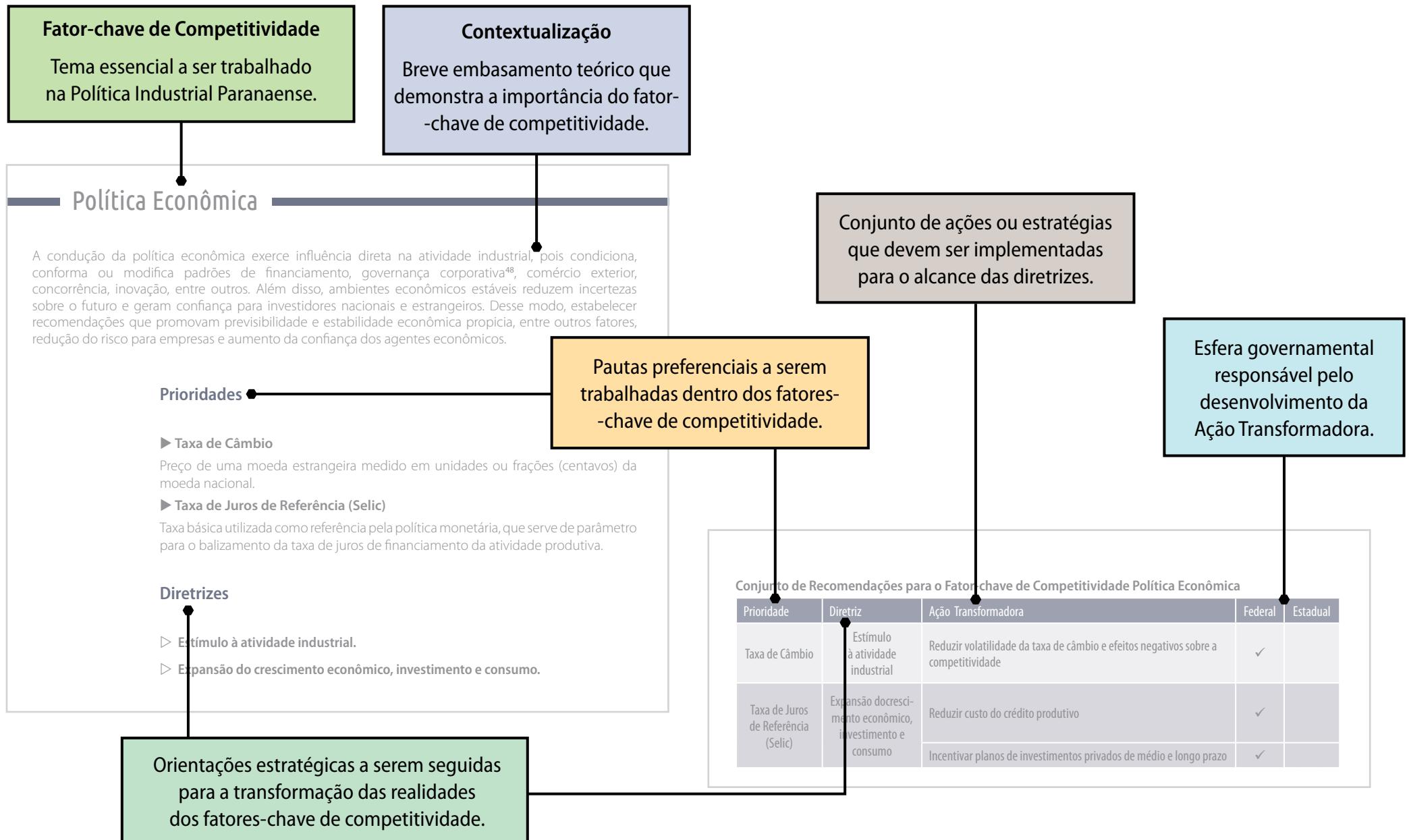
Via de regra, as diretrizes e as ações transformadoras possuem características de transversalidade setorial e têm por objetivo a promoção de agenda que beneficie a indústria como um todo em prol de sua competitividade, sem privilegiar qualquer um de seus segmentos.

De forma panorâmica, as informações consolidadas para subsidiar a Política Industrial Paranaense, presentes nos 12 fatores-chave de competitividade, envolvem:

- ▷ 35 prioridades.
- ▷ 49 diretrizes.
- ▷ 426 ações transformadoras.

Nas páginas que seguem, será explicada a dinâmica de leitura da sessão de recomendações e, sequencialmente, são apresentadas as recomendações para cada um dos 12 fatores-chave de competitividade.

# Dinâmica de Leitura das Recomendações



# Tributação

# Tributação

A modernização da política tributária assume papel dinâmico no esforço de industrialização, principalmente como elemento estimulador e seletivo de setores, em razão de sua incidência sobre poupança, investimento, preço e volume produzido. Além disso, o excesso da carga, a burocracia e a complexidade envolvidas no recolhimento de tributos reduzem, sensivelmente, a competitividade industrial tanto interna quanto externa. Alcançar equilíbrio entre as necessidades de arrecadação do estado e a manutenção de ambientes de negócios vantajosos pode, portanto, evitar a imposição de custos excessivos à produção e ao consumo, bem como induzir o desenvolvimento econômico paranaense. Desse modo, estabelecer recomendações para a melhoria da política tributária e a redução da carga de tributos são determinantes para o tecido industrial paranaense.

## Diretrizes

- ▷ Simplificação e racionalização dos critérios do ICMS, IPI, PIS/Pasep e Cofins.
- ▷ Desoneração das exportações.
- ▷ Incentivo à atividade produtiva.
- ▷ Aprimoramento da legislação e administração tributária.
- ▷ Estímulo às Micro e Pequenas Empresas – MPE.

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Tributação

Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Simplificação e racionalização dos critérios do ICMS, IPI, PIS/Pasep e Cofins	Isentar MPME do regime de substituição tributária <sup>1</sup>	✓	✓
	Restringir regime de substituição tributária do ICMS somente às atividades de produção centralizada e comercialização pulverizada <sup>2</sup>		✓
	Retirar mercadorias, utilizadas como insumos em processos industriais, da substituição tributária do ICMS		✓
	Garantir devolução ágil de eventuais saldos credores de ICMS, PIS/Pasep e Cofins	✓	✓
	Permitir transferência a terceiros dos créditos acumulados das contribuições ao PIS e Cofins	✓	
	Consentir pagamento das contribuições previdenciárias com créditos acumulados do PIS e Cofins	✓	
	Adotar princípio do crédito financeiro no âmbito do ICMS, PIS/Pasep e Cofins	✓	
	Assegurar neutralidade do ICMS sobre a aquisição de bens de capital	✓	
	Alterar cobrança do ICMS sobre a origem para o destino	✓	
	Ajustar prazos de recolhimento do ICMS, PIS/Pasep e Cofins ao fluxo de caixa das empresas	✓	
	Incorporar ISS ao ICMS	✓	
	Centralizar recolhimento do ICMS nas empresas, e não nos estabelecimentos individualmente	✓	
	Substituir cálculo “por dentro” pelo sistema “por fora” na apuração dos valores do ICMS, IPI, PIS/Pasep e Cofins	✓	
	Aplicar alíquotas do ICMS, PIS/Pasep e Cofins diretamente sobre o valor da fatura do produto ou serviço comercializado	✓	
	Estabelecer estatuto de coordenação tributária do ICMS entre estados brasileiros	✓	
	Possibilitar pedido de resarcimento em dinheiro de saldos credores de PIS/Pasep, Cofins e ICMS na fase de construção (pré-operacional)	✓	
	Possibilitar utilização de crédito do IPI nas aquisições de bens de capital	✓	
	Isentar incidência de PIS/Cofins sobre juros de capital próprio	✓	

<sup>1</sup>A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido (BRASIL, 1988).

<sup>2</sup>Por exemplo, veículos, combustíveis, lubrificantes, cimento, cigarros e bebidas.

Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Desoneração das exportações	Aplicar imunidade integrada <sup>3</sup> nas operações de exportação, inclusive frete	✓	
	Criar instrumentos para isonomia na concorrência com produtos importados	✓	
	Reestabelecer “lei de crédito do IPI” <sup>4</sup> incidente sobre exportações	✓	
	Desburocratizar modelo de resarcimento de créditos de exportação ligados ao PIS e Cofins	✓	✓
	Implantar <i>drawback</i> <sup>5</sup> financeiro	✓	
	Estabelecer prazos para respostas às consultas tributárias sobre exportação	✓	
	Aprimorar consulta sobre classificação fiscal de mercadorias	✓	
	Ampliar Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra, respeitando regras da Organização Mundial do Comércio	✓	
Incentivo à atividade produtiva	Equiparar benefícios fiscais concedidos por outros estados		✓
	Criar mecanismos para redução da “guerra fiscal”	✓	
	Instituir bônus de adimplência aos contribuintes		✓
	Limitar hipóteses nas quais a existência de débitos fiscais seja utilizada como fator de restrição ao livre exercício da atividade empresarial		✓
	Vedar incidência de tributação sobre valores, receitas ou ganhos decorrentes do usufruto de incentivos e benefícios fiscais	✓	
	Criar mecanismos de resarcimento para gastos com equipamentos destinados apenas ao controle fiscal	✓	
	Possibilitar utilização de créditos tributários para aquisição de bens de uso e consumo	✓	
Aprimoramento da legislação e administração tributária	Instituir regime tributário diferenciado para depreciação acelerada	✓	
	Estabelecer Imposto sobre Valor Adicionado <sup>6</sup>	✓	
	Garantir a não sobreposição de tributos	✓	✓
	Reducir tributação sobre produção e consumo	✓	✓
	Limitar cobrança de contribuições	✓	

<sup>3</sup> Extensão da imunidade das operações que contribuem e/ou concorrem para a exportação (PAZELLO, 2008).

<sup>4</sup> Incentivo fiscal às exportações do Brasil, instituído pelo Decreto-Lei 491, em 1969, extinto em 1983 (BRASIL, 1969).

<sup>5</sup> Suspensão, restituição ou isenção de tributos incidentes sobre matérias-primas, insumos, componentes e embalagens importados, para industrialização de produtos exportados ou com exportação prevista.

<sup>6</sup> Tributação do consumo (ABREU, 2004).

Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Aprimoramento da legislação e administração tributária	Simplificar administração e recolhimento de tributos estaduais		✓
	Simplificar e racionalizar elenco de obrigações acessórias <sup>7</sup> na legislação tributária, considerando também o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped	✓	✓
	Readequar prazos e condições do Programa de Recuperação Fiscal	✓	
	Flexibilizar pagamento de tributos conforme prazo médio de recebimento das operações mercantis	✓	✓
	Adequar multas por infrações fiscais à realidade econômica do país	✓	✓
	Reducir expedição de normas tributárias	✓	✓
	Promover estabilidade na legislação tributária estadual		✓
	Promover participação de entidades de contribuintes representativas no processo de modificação da legislação tributária		✓
	Aprimorar diálogo sobre interpretações de normas tributárias	✓	✓
	Aprimorar processo de elaboração e revisão de normas tributárias a pedido dos sujeitos legitimados <sup>8</sup>	✓	✓
Estímulo às Micro e Pequenas Empresas – MPE	Transferir ao Poder Legislativo competência para regulamentar funcionamento do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais		✓
	Aprovar Código de Defesa do Contribuinte – PL 2.557/2011	✓	
	Conceder abatimento sobre parcela dedutível do Simples Nacional, conforme faturamento da empresa	✓	
	Implantar regime de transição do Simples Nacional para faturamentos mais elevados	✓	
	Prever mecanismos periódicos de atualização dos limites de enquadramento do Simples Nacional	✓	

<sup>7</sup>Decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos (BRASIL, 1966).

<sup>8</sup>Por exemplo, o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Federal da OAB.

# Relações de Trabalho



# Relações de Trabalho

O conjunto de relações que se estabelecem na e para a realização do trabalho no interior das organizações tem papel determinante no tecido industrial e na vida do trabalhador. Sua adequada regulação incentiva o fortalecimento industrial e a geração de empregos de boa qualidade, além de estimular o mérito e a produtividade. Ademais, pode assegurar a promoção de ambientes de negócios sustentáveis, nos quais as empresas possam conciliar retorno financeiro e responsabilidade social, com remuneração justa e cumprimento dos direitos dos trabalhadores<sup>9</sup>. Nesse sentido, recomendações focadas na melhoria das relações de trabalho são essenciais para a indústria paranaense.

## Prioridades

### ► Regulamentação em Relações de Trabalho

Normas jurídicas que regem as relações entre empregados e empregadores. Essas normas, no Brasil, estão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Constituição Federal e várias leis esparsas (estágio, contratação de pessoas com deficiência etc.).

### ► Saúde e Segurança no Trabalho

Conjunto de atividades que se destina, por meio de ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos profissionais submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. Envolve ainda medidas destinadas a evitar riscos químicos, físicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos aos quais estão sujeitos os trabalhadores da indústria. Compreende também o desenvolvimento de soluções para evitar riscos e acidentes em equipamentos, postos e ambientes de trabalho.

---

<sup>9</sup>CNI (2012).

## Diretrizes

- ▷ Redução dos custos trabalhistas.
- ▷ Modernização da legislação trabalhista.
- ▷ Aperfeiçoamento das regras previdenciárias.
- ▷ Inclusão de pessoas com deficiência.
- ▷ Garantia da segurança do trabalhador.
- ▷ Promoção da saúde do trabalhador.

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Relações de Trabalho

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Regulamentação em Relações de Trabalho	Redução dos custos trabalhistas	Adequar reajuste do salário mínimo regional à realidade do Paraná		✓
		Rever aplicação da multa de 40% do FGTS sobre demissão sem justa causa	✓	
		Extinguir contribuição adicional de 10% sobre FGTS, prevista na Lei Complementar 110/2001	✓	
		Criar regime similar ao Simples Nacional voltado aos tributos trabalhistas nas MPME	✓	
		Isentar incidência de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado	✓	
	Modernização da legislação trabalhista	Ampliar tratamento diferenciado para MPME na legislação trabalhista	✓	
		Facilitar contratação direta de trabalhadores temporários	✓	
		Aprovar marco legal sobre terceirização nos contratos de trabalho	✓	
		Aprovar Projeto de Lei 4.193/2012 que dispõe sobre a eficácia das convenções e acordos coletivos de trabalho	✓	
		Aprovar Projeto de Lei 6.411/2013 que dispõe sobre a ampliação do prazo de vigência das convenções ou acordos coletivos prevendo a inaplicabilidade do princípio da ultratividade das cláusulas normativas	✓	
		Ampliar conjunto de atividades passíveis de contratação pela Lei de Aprendizagem	✓	
		Facilitar concessão de visto e Registro Nacional de Estrangeiro para trabalho no Brasil	✓	
		Implementar gradualmente e de forma orientada o eSocial <sup>10</sup>	✓	
		Repassar recursos do FGTS para qualificação profissional	✓	
		Permitir redução do tempo para repouso e/ou alimentação por meio de acordo ou convenção coletiva	✓	
		Reducir para três meses o prazo de intervalo para a recontratação de um mesmo empregado por prazo determinado	✓	
		Possibilitar fracionamento das férias individuais e coletivas em até três períodos anuais	✓	
		Simplificar emissão de autorização para trabalho aos domingos e feriados para todos os setores econômicos e categorias de trabalhadores	✓	
		Instituir carteira de trabalho eletrônica	✓	

<sup>10</sup> Projeto do Governo Federal que vai unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados (BRASIL, 2013).

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Regulamentação em Relações de Trabalho	Aperfeiçoamento das regras previdenciárias	Ampliar, gradualmente, idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição	✓	
		Equiparar tempo de contribuição das mulheres ao dos homens na aposentadoria por tempo de contribuição	✓	
		Revisar mecanismos de concessão do seguro-desemprego	✓	
		Isentar de encargos previdenciários as bolsas de estudos, concedidas por empresas aos trabalhadores, direcionadas ao Ensino Superior e aos cursos de qualificação e capacitação	✓	
		Possibilitar consulta <i>on-line</i> sobre andamento dos processos administrativos na Previdência Social	✓	
	Inclusão de pessoas com deficiência	Adequar legislação sobre cotas em conformidade à disponibilidade de mão de obra de pessoas com deficiência	✓	
		Criar incentivos fiscais para promover adequação dos postos de trabalho às pessoas com deficiência	✓	✓
		Melhorar mecanismos de reabilitação profissional	✓	✓
		Tornar efetiva a intermediação de mão de obra de pessoas com deficiência, no âmbito do SINE	✓	✓
		Considerar aprendizes com deficiência no total de vagas reservadas às pessoas com deficiência contratadas pelas empresas	✓	✓
Saúde e Segurança no Trabalho	Garantia da segurança do trabalhador	Adequar NR12 <sup>11</sup> à realidade do setor produtivo, contemplando os seguintes aspectos: revisão e prorrogação de prazos para adaptação às exigências; adaptação aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade; ampliação do período para adequações de máquinas usadas, respeitando legislação vigente à época de fabricação de cada equipamento; estabelecimento de tratamento diferenciado para MPE	✓	
		Aprimorar metodologias de medição, controle e prevenção dos Riscos Ambientais do Trabalho	✓	✓
		Promover condições para redução de custos de aquisição dos equipamentos de proteção (coletivos e individuais)	✓	✓
		Estimular ações orientativas dos órgãos de fiscalização em SST	✓	✓
		Investir em programas de capacitação em SST	✓	✓
		Promover alterações na legislação no sentido de prever corresponsabilização do trabalhador por acidentes de trabalho nos casos de descumprimento do uso de equipamentos de proteção e de realização de atos inseguros	✓	
		Atualizar requisitos e parâmetros da NR15 <sup>12</sup>	✓	

<sup>11</sup> Norma referente à segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

<sup>12</sup> Norma referente a atividades e operações insalubres.

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Saúde e Segurança no Trabalho	Garantia da segurança do trabalhador	Garantir exclusividade ao Ministério do Trabalho e Emprego na fiscalização em SST	✓	
		Informar empresários sobre normas regulamentadoras de maior impacto na indústria <sup>13</sup>	✓	✓
		Tornar disponíveis as Comunicações de Acidente de Trabalho – CAT em meio eletrônico	✓	
		Permitir utilização de metas sobre saúde e segurança do trabalhador para fins de participação nos lucros ou resultados da empresa, em cumprimento às normas regulamentadoras vigentes	✓	
		Criar medidas voltadas à redução/eliminação de riscos das atividades insalubres e perigosas	✓	
		Fomentar programas de crédito para financiamento de projetos de atualização e adequação tecnológica em SST	✓	✓
		Disponibilizar indicadores em SST com maior agilidade	✓	
	Promoção da saúde do trabalhador	Uniformizar legislação, parâmetros e valores de referência ocupacional utilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e INSS	✓	
		Revisar parâmetros de causa-efeito entre setores e doenças no Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário <sup>14</sup>	✓	
		Implementar programas de prevenção de doenças não relacionadas ao trabalho, em especial para doenças crônicas e psicosociais	✓	✓
		Reforçar programas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, bem como melhorar tratamento para dependentes químicos	✓	✓
		Atualizar programas de prevenção e controle médico de doenças relacionadas ao trabalho	✓	✓
		Incentivar implantação da OHSAS 18000 <sup>15</sup> e outras normas internacionais de SST	✓	
		Ampliar centros de reabilitação com foco na saúde do trabalhador	✓	✓

<sup>13</sup> NR01, NR07, NR09, NR10, NR12, NR15, NR16, NR17, NR18, NR20, NR23, NR33, NR35 e NR36.

<sup>14</sup> Mecanismo auxiliar para a caracterização de um acidente ou doença do trabalho (BRASIL, 2014e).

<sup>15</sup> Especificação internacional do sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional (OHSAS 18001 HEALTH & SAFETY ZONE, 2014).

# Educação

# Educação

Estimular o acesso aos diferentes níveis educacionais e promover a qualidade da educação não afeta somente o desenvolvimento humano, como incide diretamente na melhoria da produtividade industrial, no incremento da capacidade inovativa e no crescimento econômico. Nesse sentido, promover ações que estimulem a educação é fator-chave para o provimento de recursos humanos com maior escolaridade e dotados de capacidades como: utilização de equipamentos complexos, criação de soluções para problemas, adaptação de processos e produtos, e desenvolvimento de inovações. Assim, recomendações que visam estimular o progresso da educação ao longo do tempo constituem-se como fator primordial para a competitividade industrial paranaense.

## Prioridades

### ► Educação Básica

Educação com a finalidade de assegurar formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Envolve Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

### ► Educação Profissional

Educação direcionada ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Pode ser integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

### ► Educação Superior

Educação direcionada a formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira. Envolve cursos sequenciais, de graduação, pós-graduação e extensão.

## Diretrizes

- ▷ **Elevação da qualidade da Educação Básica.**
- ▷ **Ampliação e fortalecimento da Educação Profissional.**
- ▷ **Melhoria da Educação Superior.**

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Educação

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Educação Básica	Elevação da qualidade da Educação Básica	Ampliar oferta de Educação Básica de qualidade em tempo integral, inserindo atividades que estimulem o desenvolvimento de habilidades		✓
		Criar programas de educação voltados ao empreendedorismo		✓
		Criar diretrizes curriculares e programas de educação voltados à cidadania e ao bem-estar social		✓
		Criar programas de redução da evasão escolar, principalmente no Ensino Médio		✓
		Contratar PPP direcionada à formação de docentes		✓
		Estimular criação de diretrizes curriculares com foco em situações reais, cotidianas, do trabalho e que estimulem o interesse pela indústria		✓
		Estimular e reforçar aprendizagem de Matemática, Português e Ciências		✓
		Implementar sistema de gestão de qualidade para educação da rede pública		✓
		Criar programa de modernização e aquisição de equipamentos para rede escolar pública		✓
		Ampliar acesso à rede mundial de computadores em banda larga		✓
		Criar programa de identificação e desenvolvimento de talentos no estado		✓
		Ampliar programas de aprendizagem em parceria com o Sistema Indústria		✓
Educação Profissional	Ampliação e fortalecimento da Educação Profissional	Estabelecer sistema de avaliação da Educação Profissional		✓
		Ampliar oferta de Educação Profissional em parceria com o Senai		✓
		Estimular participação das empresas no desenho do perfil profissional		✓
		Realizar PPP para criação de programas de aprendizagem/qualificação profissional, como Escola de Fábrica <sup>16</sup> e Caminhos da Profissão <sup>17</sup>		✓
		Criar programas de atração à carreira profissional na indústria		✓
		Estabelecer parcerias entre empresas, escolas e governo voltadas à orientação vocacional, formação técnica e recrutamento de jovens		✓
		Estimular oferta de Educação Profissional na modalidade a distância, principalmente em municípios com ausência de oferta presencial		✓
		Criar programas de atração, retenção e formação de docentes		✓

<sup>16</sup> Projeto aprovado pela Lei 11.180/2005, cuja finalidade é ampliar as possibilidades de formação profissional básica, favorecendo o ingresso de estudantes de baixa renda no mercado de trabalho (BRASIL, 2005).

<sup>17</sup> Iniciativa do Sistema Fiep e Sesi, em parceria com as empresas, que se destina a abrir oportunidade de iniciação profissional e formação cidadã a jovens de baixa renda e sem emprego definido.

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Educação Profissional	Ampliação e fortalecimento da Educação Profissional	Ampliar e otimizar oferta de recursos pedagógicos	✓	✓
		Implementar mudanças nas ofertas formativas considerando transformações sociais e tecnológicas, bem como vocações mesorregionais do estado		✓
		Desenvolver planejamento integrado da Educação Profissional, articulando universidades, institutos, Secretaria de Educação, Sistema Indústria e demais atores-chave do contexto educacional	✓	✓
		Criar programa de identificação, premiação, desenvolvimento e retenção de talentos no estado		✓
Educação Superior	Melhoria da Educação Superior	Ampliar oferta de graduações e pós-graduações em áreas tecnológicas e engenharias	✓	✓
		Criar mestrados e doutorados interinstitucionais com foco no desenvolvimento industrial	✓	✓
		Estimular criação de sistemas curriculares flexíveis com participação direta da indústria	✓	✓
		Aprimorar mecanismos de financiamento estudantil	✓	
		Criar e implementar programa de formação internacional alinhada às vocações do estado, destinado a estudantes paranaenses		✓
		Estimular pesquisa aplicada nas universidades voltada ao desenvolvimento industrial das diferentes vocações regionais	✓	✓
		Criar estratégias de melhoria e expansão da formação em engenharias	✓	✓
		Desenvolver programa de inserção da terceira idade no Ensino Superior	✓	✓
		Criar programa de identificação, premiação, desenvolvimento e retenção de talentos no estado		✓



# Política e Gestão Pública

# Política e Gestão Pública

A política e a gestão pública geram efeitos sobre um grande contingente de fatores relacionados ao tecido industrial. Nesse sentido, aprimorar a política e a gestão pública, principalmente voltadas para questões industriais, significa atuar em temas estruturais e de governança, no marco legal e nos grandes processos de governos, bem como na gestão das organizações públicas. Recomendações sobre o tema são essenciais para a promoção de novas oportunidades para a indústria paranaense, pois permitem a construção de um modelo de atuação, integrado e cooperativo, orientado para resultados e com foco nas necessidades do setor.

## Prioridades

### ► Política Industrial

Conjunto coordenado de ações, envolvendo os setores público e privado, visando ao desenvolvimento e crescimento industrial.

### ► Gestão Pública

Conjunto de estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controle que visam à elaboração de políticas de interesse público, bem como à gestão e ao uso de recursos públicos.

## Diretrizes

- ▷ **Fortalecimento da política industrial.**
- ▷ **Melhoria da gestão pública.**
- ▷ **Modernização das agências reguladoras.**

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Política e Gestão Pública

Prioridade	Diretriz	Ação	Federal	Estadual
Política Industrial	Fortalecimento da política industrial	Definir marco institucional da política industrial		✓
		Articular políticas industriais do Paraná e Governo Federal	✓	✓
		Garantir continuidade da política industrial como política de estado, e não de governo		✓
		Envolver <i>stakeholders</i> no processo de estratégia, desenvolvimento e implementação da política industrial		✓
		Criar governança específica para MPE dentro da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio		✓
		Estimular poder público municipal a planejar desenvolvimento industrial	✓	✓
Gestão Pública	Melhoria da gestão pública	Desenvolver estudos prospectivos e planejamento de longo prazo para gestão pública	✓	✓
		Aprimorar planejamento dos gastos do governo, com estabelecimento de prioridades de investimento	✓	✓
		Ampliar transparência dos orçamentos e da gestão pública	✓	✓
		Ampliar mecanismos de combate à corrupção	✓	✓
		Privilegiar ocupação de cargos estratégicos por profissionais com conhecimento técnico	✓	✓
		Profissionalizar e instrumentalizar análise de políticas públicas	✓	✓
		Aprimorar mecanismos de monitoramento dos contratos de concessão e PPP	✓	✓
		Ampliar qualidade das licitações e direcionar estrategicamente o poder de compras governamentais	✓	✓
		Criar instrumentos para andamento contínuo de obras públicas	✓	✓
		Aperfeiçoar e ampliar uso de sistemas de preços de referência <sup>18</sup>	✓	
	Modernização das agências reguladoras	Promover gestão descentralizada	✓	✓
		Estabelecer mecanismos de monitoramento de resultados das políticas públicas	✓	✓
		Aprimorar qualidade e grau de profissionalização da gestão	✓	✓
		Enfrentar fragmentação de instâncias decisórias, superposição de competências e conflito de funções	✓	✓

<sup>18</sup> Exemplos: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi); Sistema de Custos Rodoviários (Sicro).

# Financiamento Produtivo



# Financiamento Produtivo

O ritmo de crescimento e desenvolvimento da economia paranaense depende, dentre outros fatores, da disponibilidade de recursos para investimento no setor produtivo. Além disso, está sujeito à capacidade de intermediação do sistema financeiro em oferecer recursos de forma ampla com custos reduzidos. A oferta de crédito produtivo insuficiente, com custos elevados, prazos inadequados e exigências desproporcionais de garantia, frustra projetos de investimento e impacta diretamente na competitividade industrial e na economia como um todo. Dessa maneira, torna-se relevante o desenvolvimento de recomendações que proporcionem maior acesso das indústrias ao crédito produtivo, especialmente em condições adequadas de custo<sup>19</sup>.

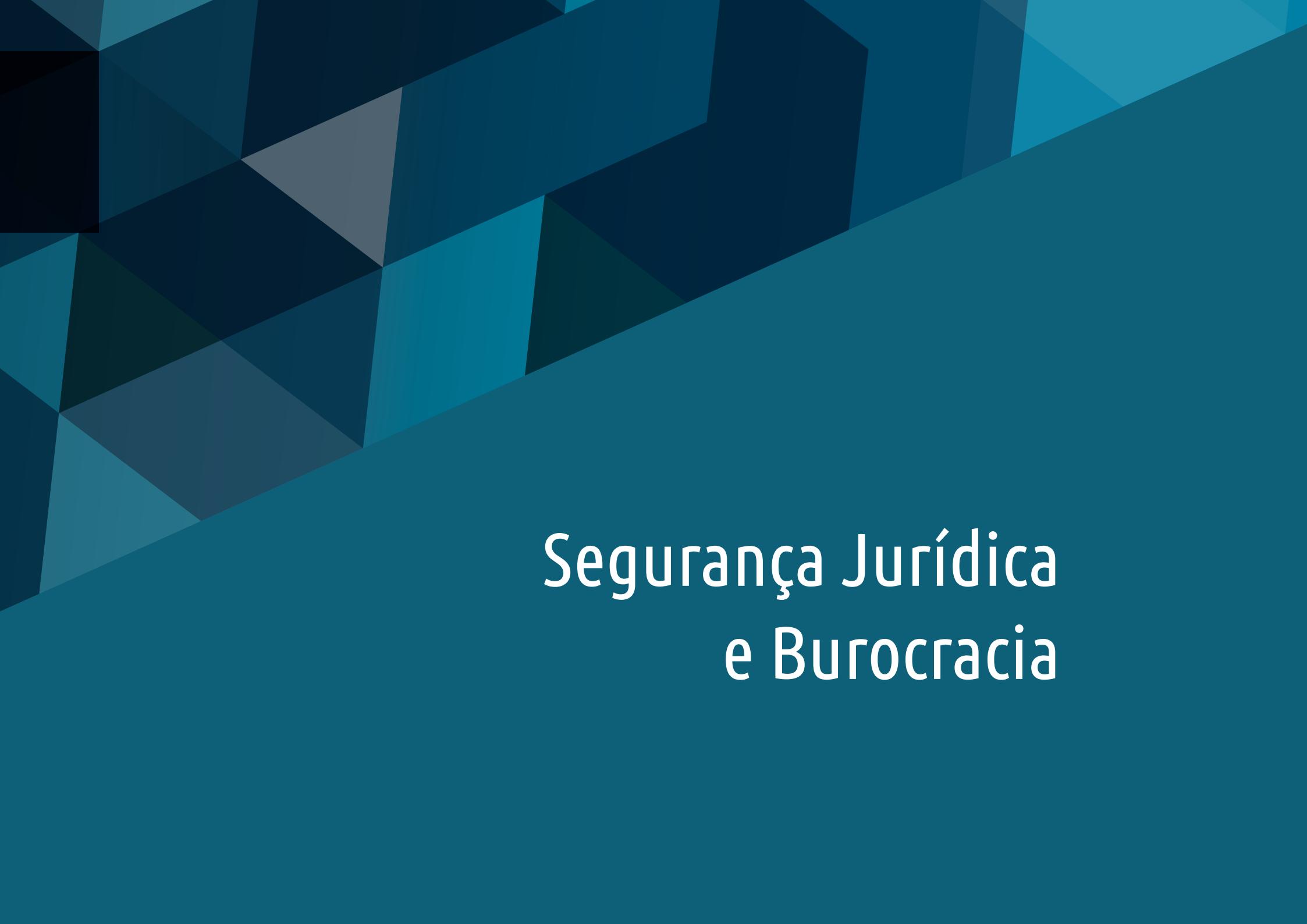
## Diretriz

- ▷ **Ampliação e diversificação da capacidade de investimento.**

<sup>19</sup> CNI (2003).

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Financiamento Produtivo

Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Ampliação e diversificação da capacidade de investimento	Simplificar exigências e flexibilizar modalidades de garantia de crédito para MPME	✓	✓
	Flexibilizar condicionalidades de acesso ao crédito produtivo, relacionadas principalmente ao porte e setor	✓	✓
	Agilizar processo de avaliação e liberação de crédito do BRDE e da Fomento Paraná		✓
	Ampliar programas estaduais de orientação ao crédito		✓
	Aumentar oferta de crédito produtivo do BRDE e da Fomento Paraná		✓
	Ampliar capacidade de atendimento do BRDE e da Fomento Paraná em todas as regiões do estado		✓
	Garantir capitalização contínua do BRDE por meio de tributos como ICMS, entre outros		✓
	Aumentar capacidade de alavancagem do BRDE e da Fomento Paraná		✓
	Criar linhas de financiamento de capital de giro de médio e longo prazos	✓	
	Desburocratizar acesso aos recursos do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal	✓	
	Recriar Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – Sudesul	✓	✓
	Criar fundo constitucional para financiamento de investimentos na Região Sul, a exemplo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste	✓	✓
	Criar fundo de aval para viabilizar acesso ao crédito para MPME	✓	✓
	Criar linhas especiais de financiamento de capital de giro para sustentação da atividade industrial	✓	✓



# Segurança Jurídica e Burocracia

# Segurança Jurídica e Burocracia

O peso da burocracia estatal impede o crescimento industrial paranaense, pois inibe investimentos e aumenta custos relativos à produção e transação de bens e serviços. A redução significativa do tempo de tramitação de processos no judiciário, a simplificação das exigências burocráticas relacionadas à atividade empresarial, além da racionalização na obtenção e manutenção de licenças poderão tornar o ambiente mais favorável aos negócios. Além disso, leis e regulamentos elaborados com clareza e objetividade no que tange à interpretação e aplicação aumentariam a capacidade das empresas planejarem investimentos e calcularem as consequências de suas ações, diminuindo riscos e custos dos negócios<sup>20</sup>. Assim, recomendações que visam à garantia da segurança jurídica e à redução da burocracia são determinantes para a indústria do estado.

## Diretrizes

- ▷ **Agilidade na tramitação jurídico-administrativa.**
- ▷ **Simplificação dos processos burocráticos.**
- ▷ **Fortalecimento da segurança jurídica.**

---

<sup>20</sup> CNI (2014a).

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Segurança Jurídica e Burocracia

Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Agilidade na tramitação jurídico-administrativa	Reducir tempo de abertura e fechamento de empresas	✓	✓
	Reducir tempo para concessão de licenças de qualquer natureza	✓	✓
	Possibilitar emissão de licenças ambientais pelos municípios		✓
	Aperfeiçoar e reduzir valores dos serviços cartoriais, inclusive dos cartórios judiciais	✓	✓
	Reducir prazos de julgamento de recursos administrativos	✓	
Simplificação dos processos burocráticos	Implementar soluções de <i>e-governance</i> <sup>21</sup>	✓	✓
	Implementar emissão automática da certidão simplificada da junta comercial		✓
	Facilitar interpretação de normas e dar previsibilidade a sua aplicação	✓	✓
	Aprimorar atuação das agências reguladoras e do Ministério Público	✓	✓
	Reducir sobreposição de competências entre esferas do governo	✓	✓
Fortalecimento da segurança jurídica	Adotar prática de emissão anual de agendas regulatórias e torná-las parte do planejamento regulatório	✓	✓
	Tornar consulta pública prática padrão no processo de elaboração e modificação de normas jurídicas	✓	✓
	Tornar legislação mais acessível por meio de portais na internet	✓	✓
	Proibir, sob pena de nulidade, as “leis ônibus” com vários assuntos em um único documento	✓	
	Tornar obrigatória revisão/edição de códigos por comissão de especialistas	✓	
	Tornar obrigatória interação entre administrações tributárias e ambientais	✓	
	Publicar na internet atos administrativos, soluções de consulta, pareceres normativos e interpretativos	✓	✓
	Dar publicidade às decisões de processos administrativos não atingidos por sigilo	✓	✓
	Proibir, sob pena de nulidade, mudanças no entendimento administrativo	✓	✓
	Proibir mudança jurisprudencial com efeitos retroativos	✓	
	Tornar transparente e público o processo de promoção de juízes às instâncias ordinárias superiores	✓	✓
	Julgar ações diretas no prazo máximo de três anos	✓	

<sup>21</sup> Sistema que fornece ou torna disponível informações, serviços ou produtos, através de meio eletrônico, a partir ou através de órgãos públicos, a qualquer momento, local e cidadão, de modo a agregar valor a todos os stakeholders envolvidos com a esfera pública (JARDIM; MARCONDES, 2014).

# Meio Ambiente e Sociedade



# Meio Ambiente e Sociedade

A preocupação com o meio ambiente e a sociedade é tema-chave na agenda da indústria paranaense. Práticas relacionadas ao uso consciente dos recursos naturais e à manutenção de condições sociais justas e igualitárias durante a realização de atividades econômicas ganham crescente importância. Assim, recomendações com o objetivo de atingir níveis sustentáveis nos processos produtivos e na relação com a sociedade em geral são imperativas para a indústria do estado.

## Prioridades

### ► Recursos Hídricos

Águas superficiais e subterrâneas disponíveis para o uso humano.

### ► Gestão e Regulamentação Ambiental

Instrumentos de gestão e regulamentação que possibilitam a utilização dos recursos naturais de modo racional e tenham por objetivo gerar efeitos positivos sobre o ambiente por meio da prevenção, redução ou eliminação dos impactos causados pelas ações humanas.

### ► Poluição

Presença ou introdução, no ambiente, de substâncias que têm efeitos danosos e podem levar a mudanças climáticas.

### ► Resíduos Sólidos

Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição<sup>22</sup>.

### ► Responsabilidade Social Empresarial

Instrumentos que orientam o compromisso da organização em assumir uma postura transparente, responsável e ética nas relações com os seus diversos públicos.

<sup>22</sup> ABNT (2004).

## Diretrizes

- ▷ Otimização do uso de recursos hídricos.
- ▷ Aprimoramento do sistema de licenciamento ambiental.
- ▷ Preservação e conservação ambiental.
- ▷ Estímulo à produção mais limpa.
- ▷ Efetividade na gestão dos resíduos sólidos.
- ▷ Incremento na gestão socialmente responsável.

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Meio Ambiente e Sociedade

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Recursos Hídricos	Otimização do uso de recursos hídricos	Revisar critérios de utilização da água no ambiente industrial	✓	
		Adequar coeficientes de eficiência hídrica às realidades regionais e setoriais	✓	
		Envolver indústria na definição dos coeficientes de eficiência hídrica	✓	
		Implantar programa de reuso dos recursos hídricos	✓	
		Definir critérios técnicos para reuso hídrico	✓	
		Precificar, de modo diferenciado, uso da água conforme tipo de atividade econômica	✓	
		Conceder benefícios para economia e melhoria da qualidade da água	✓	
		Promover articulação efetiva entre União e estados no gerenciamento de recursos hídricos de interesse comum	✓	
		Implantar programa de aproveitamento de água cinza	✓	
Gestão e Regulamentação Ambiental	Aprimoramento do sistema de licenciamento ambiental	Garantir recursos adequados aos órgãos licenciadores	✓	✓
		Capacitar tecnicamente quadros funcionais dos órgãos licenciadores		✓
		Compatibilizar regras, procedimentos e termos de referência para licenciamento ambiental entre entes federativos	✓	✓
		Simplificar licenciamento de MPE e atividades de baixo impacto ambiental		✓
		Garantir autonomia do órgão licenciador como condutor do processo de licenciamento		✓
		Integrar e informatizar processos de licenciamento ambiental		✓
		Centralizar procedimentos administrativos de licenciamento ambiental em único local		✓
		Adequar normas estaduais e municipais aos critérios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC	✓	
		Deduzir do valor total da compensação ambiental medidas compensatórias exigidas no licenciamento	✓	
		Garantir participação do empreendedor nas decisões sobre alocação de recursos oriundos da compensação ambiental	✓	
		Garantir autonomia às empresas para atuação preventiva e imediata em casos de emergências ambientais		✓
		Elaborar glossário de definições ambientais, termos de referência e manuais de estudos ambientais	✓	
		Aprimorar regras sobre realização de consultas públicas em processo de licenciamento		✓

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Gestão e Regulamentação Ambiental	Preservação e conservação ambiental	Permitir de maneira não vinculante a manifestação de órgãos não integrantes do Sisnama, bem como dos demais entes federativos envolvidos	✓	
		Incentivar adoção de medidas voluntárias para melhor desempenho ambiental	✓	
		Adequar normas estaduais e municipais à Lei 9.985/2000 <sup>23</sup>		✓
		Instituir e fortalecer instrumentos de cooperação previstos na LC 140/2011 <sup>24</sup>		✓
		Fortalecer órgãos ambientais de todos os entes federativos	✓	✓
		Reconhecer atividades consolidadas em áreas de preservação permanente, implantadas em períodos anteriores a dispositivos legais recentes	✓	
		Criar fundo de incentivo		✓
		Incentivar financeiramente a manutenção da “floresta em pé” <sup>25</sup>		✓
		Criar política nacional de acesso aos recursos genéticos	✓	
Poluição	Estímulo à produção mais limpa	Priorizar, em compras públicas, produtos “de baixo carbono” e sustentáveis	✓	✓
		Realizar estudo de <i>benchmark</i> sobre intensidade carbônica das atividades industriais	✓	
		Criar selo de eficiência carbônica	✓	
		Regulamentar instrumentos previstos na Lei Estadual de Mudanças Climáticas – Lei 17.133/2012		✓
		Criar incentivos fiscais para desenvolvimento de pesquisas relacionadas à baixa emissão de carbono	✓	✓
		Realizar estudo de <i>benchmark</i> sobre produção mais limpa	✓	
		Estabelecer incentivos fiscais e linhas de crédito para promover a produção mais limpa	✓	
		Capacitar tecnicamente gestores públicos no tema	✓	✓
		Definir metas setoriais de emissões de gases de efeito estufa	✓	
		Criar barreiras técnicas para entrada de produtos estrangeiros de alta emissão carbônica	✓	
		Fomentar uso de tecnologias limpas <sup>26</sup>	✓	✓

<sup>23</sup> Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000).

<sup>24</sup> Fixa normas de cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora (BRASIL, 2011).

<sup>25</sup> Manter a floresta através de benefícios de atividades realizadas nessas áreas, como, por exemplo, manejo florestal, extração de produtos não madeireiros, turismo, pesquisa, entre outras (SCHMID, 2008).

<sup>26</sup> Tecnologias que promovem pouco ou nenhum impacto ambiental desde sua fabricação até seu uso final.

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Resíduos Sólidos	Efetividade na gestão dos resíduos sólidos	Criar linhas de financiamento para consultoria, aquisição de equipamentos e sistemas de tratamento de resíduos	✓	✓
		Criar programas de orientação e formação setorial em logística reversa	✓	✓
		Criar esfera de fiscalização e controle das responsabilidades nos processos de logística reversa	✓	✓
		Incentivar criação de empresas e associações dedicadas à logística reversa	✓	✓
		Incentivar práticas reponsáveis e voluntárias de separação e disposição de resíduos pós-consumo	✓	✓
		Fortalecer bolsa de resíduos do Paraná <sup>27</sup> e sua participação no sistema integrado nacional <sup>28</sup>		✓
		Capacitar tecnicamente gestores públicos e outros profissionais ligados à área	✓	✓
		Criar e manter ambientes e programas educativos visando à troca de informação sobre a área	✓	✓
		Criar mecanismos de financiamento e outros instrumentos para gestão de resíduos em municípios	✓	✓
		Criar barreiras para produtos importados que não atendam aos requisitos ambientais brasileiros	✓	
		Incentivar comércio de produtos de reuso, reciclagem e compostagem	✓	✓
		Ampliar estímulo à reciclagem como atividade produtiva	✓	✓
		Adequar programa de resíduos sólidos às características regionais		✓
		Viabilizar elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos simplificado nos municípios paranaenses		✓
		Criar linhas de financiamento para projetos de PD&I sobre aproveitamento de resíduos sólidos	✓	
		Criar mecanismos para estimular utilização de material reciclado e compostos orgânicos em obras e projetos públicos	✓	✓
Responsabilidade Social Empresarial	Incremento na gestão socialmente responsável	Incentivar associações, sindicatos, empresas, entre outros, a elaborarem conjuntamente propostas de políticas públicas de caráter social	✓	✓
		Aperfeiçoar políticas públicas na área social	✓	✓
		Incentivar apresentação empresarial de relatório de responsabilidade social	✓	✓
		Priorizar compras públicas de empresas paranaenses com certificado de responsabilidade social		✓
		Oportunizar atuação empresarial em ações de responsabilidade social do estado		✓
		Incentivar contratação de trabalhadores da terceira idade	✓	✓
		Estimular inserção de ex-detentos, ex-dependentes químicos e menores infratores no mercado de trabalho	✓	✓
		Ampliar divulgação da renúncia fiscal como instrumento de promoção de responsabilidade social	✓	✓
		Incluir, na renúncia fiscal, pessoas jurídicas tributadas por lucro presumido	✓	✓

<sup>27</sup> Livre negociação entre indústrias, conciliando ganhos econômicos com ganhos ambientais, através do anúncio de resíduos para compra, venda, troca ou doação (CNI, 2014b).

<sup>28</sup> União de diversas Bolsas de Resíduos existentes no Brasil em um único sistema virtual (CNI, 2014c).

# Inovação



# Inovação

A inovação é fator-chave para o desenvolvimento de empresas e países, pois se constitui como importante fonte de vantagens comparativas. No nível industrial, a inovação tem capacidade de agregar valor aos produtos de uma empresa, diferenciando-a no ambiente competitivo. Além disso, a inovação permite o acesso a novos mercados, o aumento de receitas e valores das marcas, a realização de parcerias, a ampliação de conhecimentos sobre produtos e processos, entre outros benefícios. Assim, recomendações que visam promover a inovação voltada ao desenvolvimento industrial constituem-se como fator determinante para o estado do Paraná.

## Prioridades

### ► Apoio Técnico Operacional

Assessoria, consultoria e parceria públicas e/ou privadas de gestão, planejamento, pesquisa e desenvolvimento em inovação.

### ► Financiamento da Inovação

Acesso e disponibilidade de crédito financeiro para atividades de inovação.

### ► Gestão do Conhecimento

Sistemática de gerenciamento que possibilita a mobilização do conhecimento tácito dos indivíduos e grupos, internos e externos à organização, envolvendo atividades e práticas tais como captura, validação, sistematização e compartilhamento de informações.

### ► Propriedade Industrial

Conjunto de direitos entre os quais figuram as patentes de invenção, os modelos de utilidade, as marcas de fábrica, de comércio ou de serviços, os desenhos e modelos industriais, nomes e insígnias de estabelecimento, logotipos, denominações de origem e indicações geográficas, recompensas etc.

## ► Ambiente Interinstitucional

Espaço, físico ou não, no qual grupos de parceria e colaboração, formados por uma ou mais instituições, desenvolvem projetos ou ações estratégicas, bem como compartilham problemas, experiências e objetivos comuns.

## ► Regulamentação em Inovação

Leis, normas, regras e padrões que orientam a inovação e a pesquisa científica e tecnológica. Estas estão regidas pela Lei Federal 10.973/2004, pelo Decreto Federal 5.563/2005 e pela Lei Estadual 17.314/2012.

## Diretrizes

- ▷ Diversificação do apoio à inovação.
- ▷ Garantia e ampliação dos recursos destinados à inovação.
- ▷ Melhoria da gestão do conhecimento.
- ▷ Proteção à propriedade industrial.
- ▷ Interação interinstitucional.
- ▷ Modernização dos instrumentos legais de incentivo à inovação.

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Inovação

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Apoio Técnico e Operacional	Diversificação do apoio à inovação	Elaborar plano estadual de inovação com participação do setor empresarial, priorizando os seguintes aspectos: regionalização e setorialização; capitais de alto conteúdo tecnológico; mecanismos de estímulo ao empreendedorismo inovador de base tecnológica ( <i>startups</i> ); linhas de financiamento		✓
Financiamento da Inovação	Garantia e ampliação dos recursos destinados à inovação	Tornar efetivo o Fundo Paraná <sup>29</sup> considerando: repasse efetivo dos recursos em duodécimos; destinação de 40% dos recursos para programas e projetos estratégicos do setor produtivo (conta inovação no Fundo Paraná); transferência de 10% dos recursos de extensão universitária para recursos de extensão tecnológica		✓
		Implementar instrumentos de atração de fundos privados para inovação em todos os estágios (de recursos sementes até <i>private equity</i> )	✓	✓
		Criar fundo estadual de complementação de garantias em operações de crédito de MPE		✓
		Criar conta de despesa estadual nos instrumentos de orçamento <sup>30</sup> para atração de recursos federais (FINEP, BNDES, CNPq etc.)		✓
Gestão do Conhecimento	Melhoria da gestão do conhecimento	Incentivar programas de coleta, análise e gestão de informações estratégicas para desenvolvimento tecnológico da indústria		✓
Propriedade Industrial	Proteção à propriedade industrial	Modernizar e agilizar serviços de proteção de propriedade industrial	✓	
		Reducir custo de registro de propriedade industrial para MPE	✓	
Ambiente Interinstitucional	Interação interinstitucional	Destacar inovação na pauta de atuação das secretarias de estado de forma articulada ao plano de inovação e aos setores estratégicos		✓
		Apoiar redes de instituições públicas e privadas de compartilhamento de ativos com foco em pesquisa aplicada para inovação industrial	✓	✓
Regulamentação em Inovação	Modernização dos instrumentos legais de incentivo à inovação	Regulamentar e implementar instrumentos previstos na Lei Estadual de Inovação – Lei 17.314/2012, principalmente em relação: ao poder de compra do estado; à participação estatal em fundos de capital inovador; aos incentivos fiscais		✓
		Modernizar Lei do Bem <sup>31</sup> ampliando benefícios fiscais a todos os regimes tributários <sup>32</sup>	✓	

<sup>29</sup> O Fundo Paraná foi instituído pela Lei 12.020/1998, alterada pela Lei 15.123/2006, para apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do estado do Paraná, com o financiamento de programas e projetos de pesquisas institucionais.

<sup>30</sup> Como PPA, LDO e LOA.

<sup>31</sup> A Lei 11.196 consolidou os incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica (BRASIL, 2005).

<sup>32</sup> Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional.

# Infraestrutura



A infraestrutura é o conjunto de atividades e estruturas da economia que servem de base para o desenvolvimento de outras atividades. Nesse sentido, condições de infraestrutura adequadas exercem papel fundamental sobre o desenvolvimento industrial do estado, pois: permitem a redução de custos de produção, logística, transporte, distribuição e comercialização; promovem forte impacto sobre o desenvolvimento regional, integrando e expandindo mercados; constituem-se como importante fonte de demanda de produtos industriais, principalmente de insumos semimanufaturados e bens de capital. Assim, recomendações que visam à melhoria e à expansão da infraestrutura paranaense são fatores-chave para a competitividade industrial do estado.

## Prioridades

### ► Porto

Trecho de mar, rio ou lago onde embarcações podem ancorar.

### ► Ferrovia

Sistema de transporte sobre trilhos que conduzem passageiros e/ou produtos.

### ► Rodovia

Via destinada ao tráfego de veículos que se movem sobre rodas.

### ► Aeroporto

Superfície terrestre dotada de pista, prédios e equipamentos necessários ao tráfego aéreo, à manutenção de aeronaves, ao embarque e desembarque de passageiros, à carga e descarga de mercadorias e aos serviços de voo.

### ► Dutovia

Sistema de condutos tubulares utilizados para transportar produtos. Abrange: oleodutos – voltados ao transporte de petróleo, óleo combustível, gasolina, diesel, álcool, GLP, querosene, nafta, entre outros; minerodutos – cujos produtos transportados são sal-gema, minério de ferro e concentrado fosfático; gasodutos – direcionados ao transporte de gás natural.

## ► Energia

Conjunto de atividades de produção, transmissão e distribuição, bem como prospecção e gestão de fontes energéticas em suas mais diversas formas (hídrica, eólica, solar, de biomassa, petróleo, gás nuclear, entre outras).

## ► Telecomunicação

Transmissão, emissão ou recepção de sinais, sons ou mensagens por fio, rádio, eletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético.

## ► Saneamento

Conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas.

## Diretrizes

- ▷ **Expansão e melhoria da infraestrutura logística.**
- ▷ **Modernização, ampliação e diversificação da matriz energética.**
- ▷ **Modernização e ampliação dos serviços de telecomunicação.**
- ▷ **Melhoria das condições de saneamento.**

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Infraestrutura

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual	Região
Porto	Expansão e melhoria da infraestrutura logística	Licitar novos arrendamentos do Porto de Paranaguá		✓	RMC
		Mudar poligonal <sup>33</sup> para permitir construção de novos portos em Pontal do Paraná e na região do Embucuí-Ebuguaçu, em Paranaguá		✓	
		Melhorar acesso rodoviário em Paranaguá (Avenida Ayrton Senna)		✓	
		Construir viadutos ferroviários em Paranaguá		✓	
		Manter permanentemente dragagem de manutenção no Porto de Paranaguá		✓	
		Realizar dragagem de aprofundamento no Porto de Paranaguá		✓	
		Realizar testes e implantar equipamentos que permitam carregamento de grãos mesmo com chuva leve		✓	
		Regulamentar e viabilizar transporte de cabotagem	✓		
		Reducir burocracia portuária diminuindo tempo de liberação de importação e exportação	✓		
		Implementar porto seco em Ponta Grossa		✓	Campos Gerais
Ferrovia	Expansão e melhoria da infraestrutura logística	Realizar licitação de projeto e obra do Corredor Ferroviário Oeste-Leste, entre Maracaju, Lapa e Paranaguá	✓	✓	Todo estado
		Realizar licitação de projeto e obra da ferrovia Norte-Sul, entre Norte e Noroeste, Oeste e Sudoeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	✓	✓	
		Revitalizar trilhos da Ferrovia Apucarana-Paranaguá e permitir o compartilhamento dos mesmos	✓	✓	
		Realizar estudo de viabilidade para ferrovia entre portos do Paraná e Santa Catarina	✓	✓	
		Elaborar projeto executivo e obra sobre Contorno Ferroviário de Curitiba	✓		RMC
Rodovia	Expansão e melhoria da infraestrutura logística	Antecipar obras previstas nos contratos de concessão existentes (anel de integração: BR-277, BR-376, BR-369, entre outras)		✓	Todo estado
		Reducir tarifas dos pedágios do anel de integração		✓	
		Realizar estudo de viabilidade sobre implantação da BR-101 e obra no 1º e 2º trechos, entre Garuva, BR-277 e Antonina	✓	✓	
		Realizar estudo de viabilidade para o 3º trecho da BR-101 entre Antonina e BR-116, próximo da divisa entre Paraná e São Paulo	✓		
		Realizar estudo de viabilidade para novo itinerário entre 1º planalto e planície litorânea paranaense	✓		

<sup>33</sup> Zoneamento da área portuária.

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual	Região
Rodovia	Expansão e melhoria da infraestrutura logística	Acompanhar realização das obras da PPP na concessão da PR-323		✓	Noroeste
		Repassar trecho Francisco Alves-Guaíra ao estado e incluir trecho na PPP da PR-323	✓		
		Duplicar trecho Francisco Alves-Guaíra, via concessão		✓	
		Realizar estudo de viabilidade sobre duplicação do trecho entre Maringá e Mato Grosso do Sul da BR-376	✓		
		Implantar trechos entre Campo Mourão e BR-277, em Laranjeiras do Sul, na BR-158	✓		
		Implantar trechos entre Porto Camargo e Campo Mourão na BR-487	✓		
		Realizar adequações nos trechos entre Campo Mourão e Guarapuava das BR-487 e BR-466		✓	Campos Gerais
		Realizar estudos preparatórios, licitação de projeto e obra do contorno Oeste de Campo Mourão		✓	
		Realizar estudos preparatórios, licitação de projeto e obra do contorno de Ponta Grossa entre BR-376, PR-151 e Trevo do Caetano	✓		
		Asfaltar trecho entre Irati e São Mateus do Sul		✓	
		Promover melhorias no trecho entre Guarapuava e General Carneiro da PR-170		✓	
		Licitar trecho entre Lapa, União da Vitória e Chapecó na BR-476	✓		
		Promover melhorias no trecho entre Alto do Amparo, Imbituba e União da Vitória da BR-153	✓		
		Duplicar trecho entre Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré		✓	RMC
		Promover melhorias nas vias marginais do Contorno Sul de Curitiba	✓		
		Duplicar e concluir obras do Contorno Norte de Curitiba	✓		
		Promover melhorias no trecho de São José dos Pinhais da BR-376 (km 0 ao km 4,5)	✓		
		Promover melhorias no trecho de Araucária da BR-476 (km 147 ao km 151)	✓		
		Realizar PPP para duplicação do trecho entre Londrina e Mauá da Serra da PR-445		✓	Norte
		Realizar PPP para duplicação do trecho entre Santo Antônio da Platina e Jaguariaíva da PR-092		✓	
		Promover melhorias no trecho entre Londrina e Ourinhos da BR-369		✓	
		Realizar estudos preparatórios, licitação de projeto e obra do Contorno Norte de Cascavel entre a BR-163, BR-369 e BR-277	✓		Oeste
		Duplicar trecho entre Guaíra e Marechal Cândido Rondon da BR-163 (inclusive Ponte de Guaíra)	✓		
		Concretizar duplicação entre Marechal Cândido Rondon e Toledo, e entre Cascavel e Marmelândia da BR-163		✓	
		Concretizar implantação da segunda ponte entre Brasil-Paraguai		✓	

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual	Região
Rodovia	Expansão e melhoria da infraestrutura logística	Promover melhorias no trecho entre Marmelândia e Barracão da BR-163		✓	Sudoeste
		Realizar PPP para concessão da PR-280		✓	
Aeroporto	Expansão e melhoria da infraestrutura logística	Adequar aeroportos aos Sistemas de Pouso por Instrumento, especialmente ILS1 e ILS2 <sup>34</sup>		✓	Todo estado
		Incentivar atividade aeroportuária nas cidades de médio porte		✓	
		Adquirir sistemas de aproximação para aeroporto de Maringá	✓	✓	Noroeste
		Ampliar pista e terminal de cargas do aeroporto de Maringá	✓	✓	
		Implantar novo aeroporto regional em Ponta Grossa	✓		Campos Gerais
		Agilizar desapropriações e projeto executivo da segunda pista do Aeroporto Afonso Pena	✓		RMC
		Concluir ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Afonso Pena	✓		
		Elaborar estudo visando à implantação de aeroporto no Arco Norte	✓	✓	Norte
		Promover melhorias no aeroporto de Londrina, com ampliação do terminal e da pista, e instalação de sistema de aproximação	✓	✓	
		Promover melhorias no aeroporto de Cascavel	✓	✓	Oeste
		Estudar viabilidade e projeto de implantação de aeroporto regional na Região Oeste	✓	✓	
		Promover melhorias no aeroporto de Foz do Iguaçu	✓		
		Promover melhorias no aeroporto de Toledo	✓	✓	Sudoeste
		Elaborar estudo visando à implantação de aeroporto regional na Região Sudoeste		✓	
Dutovia	Expansão e melhoria da infraestrutura logística	Desenvolver novo modelo de atração de investimento privado em infraestrutura de escoamento e transporte do gás nacional	✓		Todo estado
		Promover diversificação do uso do gás natural com implantação de terminais de gás natural liquefeito nos portos do Sul do país	✓		
		Promover aumento da capacidade do transporte de gás natural por gasoduto	✓		Noroeste
		Efetivar instalação do poliduto entre Sarandi e Paranaguá		✓	
Energia	Modernização, ampliação e diversificação da matriz energética	Rever modelo de gestão no setor energético e propor alterações regulatórias	✓	✓	Todo estado
		Realizar levantamento de potencial energético	✓	✓	
		Assegurar abastecimento de energia elétrica a preços competitivos e com qualidade	✓	✓	

<sup>34</sup> Sistemas de pouso por instrumentos que fornecem informação de orientação (BRASIL, 2011g).

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual	Região
Energia	Modernização, ampliação e diversificação da matriz energética	Adotar medidas de curto prazo para reduzir tarifas de energia elétrica	✓	✓	Todo estado
		Reducir tributação incidente sobre energia elétrica, especialmente PIS, Cofins e ICMS	✓	✓	
		Reducir tarifa de consumo de energia das 22 horas às 5 horas	✓	✓	
		Propor alterações legais estimulando eficiência energética	✓	✓	
		Aprimorar geração de energia procedente de fontes renováveis	✓	✓	
		Incentivar fontes renováveis de energia, principalmente biomassa	✓	✓	
		Fortalecer política de desenvolvimento de biocombustíveis	✓	✓	
		Desenvolver política de estímulo à geração de energia solar, eólica e desenvolvimento de baterias	✓	✓	
		Implementar alternativas viáveis para microgeração distribuída e <i>smart grids</i> <sup>35</sup>	✓	✓	
		Ampliar oferta de gás natural estadual		✓	
		Estabelecer política de precificação do gás natural	✓		
		Realizar estudos de viabilidade de novas formas de exploração do gás natural	✓	✓	
		Manter regularidade de leilões para concessão de novas áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural	✓		
		Regulamentar e incentivar atividade de exploração de gás não convencional <sup>36</sup>	✓		
		Desenvolver e implementar política de desenvolvimento do gás de xisto	✓		
		Aprofundar estudos de desenvolvimento de novas tecnologias para redução de emissão, captura e sequestro de carbono	✓	✓	
Telecomunicação	Modernização e ampliação dos serviços de telecomunicação	Realizar novos leilões de frequência dos serviços de telecomunicações	✓		Todo estado
		Modernizar normas regulatórias e gestão do setor	✓		
Saneamento	Melhoria das condições de saneamento	Auxiliar municípios na elaboração de Planos de Saneamento Básico		✓	Todo estado
		Conceder benefícios fiscais para tratamento da água utilizada em atividades econômicas		✓	
		Implantar programas de controle de perdas	✓	✓	
		Promover integração dos planos de saneamento básico municipais nas bacias hidrográficas	✓	✓	
		Implantar programa de estímulo ao aproveitamento de água pluvial	✓	✓	

<sup>35</sup> Redes inteligentes de energia elétrica.

<sup>36</sup> Gases não convencionais são aqueles produzidos a partir de rochas tradicionalmente consideradas incapazes de expelir volumes comerciais de hidrocarbonetos (LAGE *et al.*, 2013).

# Produtividade

# Produtividade

A produtividade<sup>37</sup> é o fator de competição que mais depende da ação do meio empresarial, já que o termo expressa a utilização eficiente dos recursos produtivos, visando alcançar a máxima produção no mínimo tempo possível com os menores custos. Como resultado, vários são os fatores que influenciam e são influenciados pela produtividade do trabalho e do capital: desenvolvimento tecnológico dos equipamentos empregados (meios de produção), nível de divisão do trabalho, grau de especialização e escolaridade da força de trabalho, qualidade das matérias-primas utilizadas, e organização e controle na produção. Nesse sentido, recomendações que visam reforçar o crescimento e a manutenção da produtividade ao longo do tempo constituem-se como fator primordial para o desenvolvimento e a competitividade industrial paranaense.

## Prioridades

### ► Capital Humano

Conjunto de conhecimentos, treinos e capacidades das pessoas que lhes permitem realizar trabalhos úteis com diferentes graus de complexidade e especialização.

### ► Capital Fixo

Conjunto de imóveis, máquinas e equipamentos de uma empresa.

### ► Recursos Naturais

Conjunto de riquezas naturais atuais e potenciais que podem ser exploradas economicamente por uma localidade<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Representada pela produtividade do trabalho e capital. Produtividade do trabalho é o quociente da produção pelo tempo do trabalho em que foi obtida. A produtividade do capital, por sua vez, é a quantidade produzida por unidade de capital investido.

<sup>38</sup> SANDRONI (1999).

## **Diretrizes**

- ▷ Aumento da produtividade do trabalho.
- ▷ Promoção do desenvolvimento produtivo.
- ▷ Efetividade na exploração e na utilização conscientes dos recursos naturais.

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Produtividade

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Capital Humano	Aumento da produtividade do trabalho	Incentivar investimentos empresariais com foco em treinamento e qualificação do trabalhador	✓	✓
		Incentivar criação de programas empresariais com foco na redução de absenteísmo <sup>39</sup> e presenteísmo <sup>40</sup>	✓	✓
		Facilitar contratação de trabalhadores estrangeiros em áreas com baixa oferta de profissionais nacionais	✓	
		Disponibilizar recursos financeiros para incremento da qualidade dos cursos de engenharia	✓	✓
		Relacionar evolução dos custos do trabalho aos ganhos de produtividade em política de reajuste salarial	✓	✓
		Remover dificuldades jurídicas de jornadas de trabalho diferenciadas	✓	
Capital Fixo	Promoção do desenvolvimento produtivo	Aprimorar programa de incentivo à aquisição e modernização de capital fixo, inclusive para importação na falta de similar nacional	✓	✓
		Adotar modelo de depreciação decrescente para fins fiscais	✓	✓
		Disponibilizar linhas de crédito subsidiadas para indústrias envolvidas em operações de <i>retrofit</i> <sup>41</sup>	✓	✓
		Conceder depreciação acelerada incentivada <sup>42</sup> para investimentos em máquinas e equipamentos, inclusive para MPME	✓	
		Criar linhas de financiamento de longo prazo para investimentos em modernização com taxas equivalentes ao Programa de Sustentação de Investimento <sup>43</sup> , inclusive para MPME	✓	
Recursos Naturais	Efetividade na exploração e na utilização conscientes dos recursos naturais	Estimular projetos de pesquisa de processos de extração, transformação e uso final inovadores e sustentáveis	✓	✓
		Prospectar novas possibilidades de exploração considerando uso sustentável das riquezas naturais regionais		✓
		Outorgar incentivos fiscais a produtos de alto valor agregado oriundos da produção sustentável	✓	✓
		Estimular adoção de medidas voltadas à eficiência hídrica e energética	✓	
		Criar linhas especiais de financiamento para gestão ambiental	✓	✓

<sup>39</sup> Ausência do trabalho, seja por falta, atraso, desmotivação ou doença.

<sup>40</sup> Presença física do funcionário no local do trabalho sem a concentração necessária para o exercício de suas atividades laborais.

<sup>41</sup> Reforma ou modernização.

<sup>42</sup> Incentivo com vistas a incrementar os investimentos em determinados setores ou atividades (BRASIL, 2014f).

<sup>43</sup> Operado por meio de repasses do BNDES para a rede de agentes financeiros, busca estimular produção, aquisição e exportação de bens de capital, e inovação tecnológica (BRASIL, 2014a).

# Mercados

# Mercados

O desenvolvimento de mercados interno e externo é condição essencial para alavancar a indústria paranaense. Políticas e programas que permitam a formulação de recomendações para a referida questão podem promover economias de escala, diversificação da base industrial, crescimento da inserção externa da indústria paranaense, além do aumento da produtividade e capacidade de inovar. O estado tem, portanto, o desafio de promover a integração com cadeias globais de valor<sup>44</sup>, aproveitando oportunidades em setores nos quais possui vantagens comparativas significantes.

## Prioridades

### ► Arranjo Produtivo Local

Aglomerações territoriais de empresas que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa<sup>45</sup>.

### ► Cadeia Produtiva

Conjunto de atividades produtivas que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização, constituindo-se em segmentos (elos) de uma corrente. O conceito de cadeia produtiva implica em divisão de trabalho, na qual cada agente ou conjunto de atores realiza etapas distintas do processo produtivo. Desse modo, não se restringe somente a uma região ou localidade<sup>46</sup>.

### ► Mercado Externo

Transações de compra e venda efetuadas entre diferentes países, denominadas importações e exportações.

---

<sup>44</sup> Conjunto de redes interorganizacionais, agrupado em torno de uma mercadoria ou produto, que liga consumidores, empresas e estados uns aos outros dentro da economia-mundo (GEREFFI, 1994).

<sup>45</sup> BRASIL (2014c).

<sup>46</sup> BRASIL (2014b).

## Diretrizes

- ▷ Fortalecimento dos APL.
- ▷ Desenvolvimento das cadeias produtivas.
- ▷ Melhoria das condições de acesso ao mercado externo.
- ▷ Modernização da legislação aduaneira.
- ▷ Melhoria da política de comércio internacional.
- ▷ Promoção da internacionalização das empresas brasileiras.

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Mercados

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Arranjo Produtivo Local	Fortalecimento dos APL	Elaborar plano de fortalecimento dos APL em parceria com grupos de trabalho permanente	✓	✓
		Reestruturar Rede APL Paraná		✓
		Incentivar difusão das MPE nos APL	✓	✓
		Implementar, no âmbito da Agência de Fomento Paraná e do BRDE, linhas de financiamento e sistemas especiais de garantias para indústrias integrantes dos APL		✓
		Facilitar parcerias entre APL e universidades	✓	✓
		Induzir desenvolvimento de APL nas regiões de baixo desenvolvimento	✓	✓
		Adotar margens de preferência em compras públicas para empresas integrantes de APL	✓	✓
Cadeia Produtiva	Desenvolvimento das cadeias produtivas	Fomentar desenvolvimento dos elos faltantes de cadeias produtivas no Paraná, em especial aqueles de grande efeito multiplicador		✓
		Capacitar fornecedores com vistas à participação em licitações		✓
		Incentivar aquisições de insumos e produtos locais nas compras privadas		✓
		Incluir produtos de origem estadual na Lei Estadual das Parcerias Público-Privadas – PPP		✓
Mercado Externo	Melhoria das condições de acesso ao mercado externo	Desenvolver instrumentos para facilitar exportações, principalmente com relação a procedimentos aduaneiros, pagamentos, seguros, normas e padrões internacionais	✓	✓
		Favorecer participação industrial na defesa de interesses locais em relação à formulação de normas técnicas e ambientais	✓	✓
		Fomentar formação e instalação de consórcios de exportação	✓	✓
		Desenvolver incentivos à primeira exportação, beneficiando principalmente MPE	✓	✓
		Estabelecer mecanismos de eliminação de barreiras comerciais	✓	
		Integrar sistema estadual ao Portal Único de Comércio Exterior	✓	✓
		Promover estratégias de <i>marketing</i> para projetar produtos paranaenses no mercado internacional	✓	✓
		Ampliar estudos de inteligência comercial da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil	✓	
		Mapear mercados consumidores potenciais	✓	✓
		Difundir programas de certificação de origem <sup>47</sup>	✓	✓

<sup>47</sup> Documento necessário para que as mercadorias se beneficiem do tratamento tarifário preferencial (BRASIL, 2014d).

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Mercado Externo	Modernização da legislação aduaneira	Consolidar legislação aduaneira e correlata	✓	
		Ampliar hipóteses de habilitação ao despacho aduaneiro expresso (“linha azul”)	✓	
		Implantar despacho consolidado para operações de exportação	✓	
		Informatizar e padronizar documentos exigidos nos trâmites aduaneiros	✓	
		Revisar rito processual para aplicação da pena de perdimento (apreensão de mercadoria)	✓	
	Melhoria da política de comércio internacional	Permitir prestação de garantia para liberação de mercadorias sujeitas ao procedimento especial de controle aduaneiro	✓	
		Revitalizar e reforçar instituições de comércio exterior (CAMEX, MRE, Apex-Brasil)	✓	
		Participar ativamente das negociações multilaterais e bilaterais de comércio	✓	✓
		Definir agenda de negociações com países em desenvolvimento mais relevantes, principalmente com BRICS	✓	
		Elaborar agenda de integração com a América do Sul	✓	
	Promoção da internacionalização das empresas brasileiras	Revisar agenda de livre-comércio do Mercosul	✓	
		Promover reformulação no modelo de tributação sobre lucros auferidos no exterior	✓	
		Concluir negociação de acordos para evitar dupla tributação com Estados Unidos, Austrália, Colômbia e Alemanha	✓	
		Possibilitar compensação entre resultados obtidos pelas operações no exterior com resultados obtidos no Brasil	✓	
		Eliminar distorções existentes no regime tributário sobre serviços contratados no exterior	✓	
		Considerar pagamento de ágio nas aquisições de empresas no exterior de modo semelhante às operações domésticas	✓	
		Reducir custos de expatriação de mão de obra brasileira	✓	
		Desenvolver mecanismos de informações sobre oportunidades, análise de risco político, regulações e fornecedores de serviços necessários ao processo de estabelecimento das empresas no exterior	✓	

# Política Econômica

# Política Econômica

A condução da política econômica exerce influência direta na atividade industrial, pois condiciona, conforma ou modifica padrões de financiamento, governança corporativa<sup>48</sup>, comércio exterior, concorrência, inovação, entre outros. Além disso, ambientes econômicos estáveis reduzem incertezas sobre o futuro e geram confiança para investidores nacionais e estrangeiros. Desse modo, estabelecer recomendações que promovam previsibilidade e estabilidade econômica propicia, entre outros fatores, redução do risco para empresas e aumento da confiança dos agentes econômicos.

## Prioridades

### ► Taxa de Câmbio

Preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações (centavos) da moeda nacional.

### ► Taxa de Juros de Referência (Selic)

Taxa básica utilizada como referência pela política monetária, que serve de parâmetro para o balizamento da taxa de juros de financiamento da atividade produtiva.

### ► Spread Bancário

Diferença entre a taxa de juros, cobrada pelos bancos ao conceder um empréstimo, e o custo financeiro de captação desses recursos.

## Diretrizes

- ▷ **Estímulo à atividade industrial.**
- ▷ **Expansão do crescimento econômico, investimento e consumo.**
- ▷ **Fomento à atividade produtiva.**

<sup>48</sup> Conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos e instituições que regulam a maneira como uma empresa é dirigida, administrada ou controlada.

## Conjunto de Recomendações para o Fator-chave de Competitividade Política Econômica

Prioridade	Diretriz	Ação Transformadora	Federal	Estadual
Taxa de Câmbio	Estímulo à atividade industrial	Reducir volatilidade da taxa de câmbio e efeitos negativos sobre a competitividade	✓	
Taxa de Juros de Referência (Selic)	Expansão do crescimento econômico, investimento e consumo	Reducir custo do crédito produtivo	✓	
		Incentivar planos de investimentos privados de médio e longo prazo	✓	
<i>Spread</i> Bancário	Fomento à atividade produtiva	Desenvolver estratégias e propostas para redução do <i>spread</i> bancário, principalmente com a Fomento Paraná e o BRDE		✓
		Efetivar implementação do cadastro positivo em bancos de crédito	✓	✓



# Créditos

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP**  
**DIRETORIA GESTÃO 2011/2015**

**PRESIDENTE**

EDSON LUIZ CAMPAGNOLO

**VICE-PRESIDENTES**

AURÉLIO SANT'ANNA  
CARLOS WALTER MARTINS PEDRO  
CLAUDIO PETRYCOSKI  
EDSON LUIZ SCHMITZ  
EVALDO KOSTERS  
HELIO BAMPY  
JORGE SZABLI JUNIOR  
MARCO ANTONIO GALASSINI DA SILVA  
NELSON ROBERTO HÜBNER  
OSMAR CEOLIN ALVES  
RAMON ANDRÉS DORIA  
ROMMEL BARION  
RONI JUNIOR MARINI  
SIDNEY PACIORNICK  
VALTER LUIZ ORSI

**SECRETÁRIOS**

**1º. SECRETÁRIO**  
MARCELO IVAN MELEK  
**2º. SECRETÁRIO**  
CLAUDIO GROCHOWICZ  
**3º. SECRETÁRIO**  
JOAQUIM CANCELA GONÇALVES

**TESOUREIROS**

**1º. TESOUREIRO**  
ADILSON COZENDEY FILIPAKI  
**2º. TESOUREIRO**  
JOSÉ GEORGEVAN GOMES DE ARAÚJO  
**3º. TESOUREIRO**  
ITAMAR CARLOS FERREIRA

**DIRETORES SUPLENTES**

NELSON ARNALDO KOWALSKI  
SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS JUNIOR  
RAFAEL LISTON  
WALDOMIRO WANDERLEY LUERSEN  
ESTANISLAU FILLUS  
DANIEL WOSNIAK  
JULIANO LANGOWSKI  
RODRIGO RAFAEL DE MEDEIROS MARTINS  
JOICE MARIA NERVIS RONCAGLIO  
SALETE GAUGINSKI  
MARCOS AURÉLIO TUDINO  
EDSON JOSÉ DE VASCONCELOS  
SAMUEL LEINER  
FÁBIO PIRES LEAL  
JOÃO ALBERTO SOARES DE ANDRADE  
PAULO ROBERTO PUPO  
SUELI DE SOUZA BAPTISACO  
JOSÉ CARLOS DE GODOI  
RUI LONDERO BENETTI  
MARCIO STRAPASSON  
MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO

**CONSELHO FISCAL**

**EFETIVOS**  
NILO CINI JUNIOR  
JOSAFAT KUBRAK  
MARIA ABIGAIL BEIRA FORTUNA

**SUPLENTES**  
ANTONIO DI RIENZO  
FABRÍCIO ANTONIO MOREIRA NETO  
ROBERTO BIESEMAYER

**DELEGADOS REPRESENTANTES**  
**JUNTO AO CONSELHO DA CONFEDERAÇÃO**  
**NACIONAL DA INDÚSTRIA**

**EFETIVOS**  
EDSON LUIZ CAMPAGNOLO  
RODRIGO COSTA DA ROCHA LOURES

**SUPLENTES**  
BIRATÃ HIGINO ALMEIDA GIACOMONI  
PAULO EDUARDO RODRIGUES CESCHIN

## SINDICATOS INDUSTRIAS FILIADOS À FIEP

### **ALMIRANTE TAMANDARÉ**

SINDEMCAP – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE MÁRMORES, CALCÁRIOS E PEDREIRAS NO ESTADO DO PARANÁ  
JOSEMAR GUARISE

### **APUCARANA**

SAMISCA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO ARROZ, MILHO, SOJA E BENEFICIAMENTO DO CAFÉ DO ESTADO DO PARANÁ  
SÉRGIO BIAZZE

SINDCCON NORTE – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRÉ- MOLDADOS DE CONCRETO E ARTEFATOS DE CIMENTO DO NORTE DO PARANÁ  
SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS

SINDIMETAL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE APUCARANA  
JOSÉ CARLOS BITTENCOURT

SIVALEAPUC – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE APUCARANA  
JAYME LEONEL

### **ARAPONGAS**

SIMA – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS, AGLOMERADOS E CHAPAS DE FIBRAS DE MADEIRA E DA MARCENARIA (MÓVEIS DE MADEIRA) DE ARAPONGAS  
NELSON POLISELI

### **BANDEIRANTES**

SINDIREPA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE BANDEIRANTES  
TAMOTO ODA

### **CAMPO LARGO**

SINDILOUÇA – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE VIDROS, CRISTAIS, ESPELHOS, CERÂMICAS DE LOUÇA E PORCELANA, PISOS E REVESTIMENTOS CERÂMICOS NO ESTADO DO PARANÁ  
JOSÉ CANISSO

### **CAMPO MOURÃO**

SINDIMETAL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE CAMPO MOURÃO  
MOACIR PEREIRA DE LIMA

### **CASCABEL**

SINDUSCON – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO OESTE DO PARANÁ  
EDSON J. VASCONCELOS

SINDGRAF – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ  
JOÃO CLAUDIO NEIS

SINDMADEIRA OESTE – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DO MOBILIÁRIO DO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ  
JOÃO ALBERTO SOARES DE ANDRADE

SINDIMETAL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE CASCABEL  
ELISEU AVELINO ZANELLA

SINDAP – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ  
LUIZ FRANCISCO KLEINIBING

SINDIWEST – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DO OESTE DO PARANÁ  
EUGÊNIO ROSSATO

### **CIANORTE**

SINVESTE – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE CIANORTE  
WILSON BECKER

### **COLOMBO**

SINDICALPR – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CAL NO ESTADO DO PARANÁ  
JOSÉ EUGENIO MOTIN

### **CURITIBA**

SIAPAR – SINDICATO DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL DO PARANÁ  
LAURA DIAS DALCANALE PEREIRA ALVES

SICEPOT – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA NO ESTADO DO PARANÁ  
SÉRGIO PICCINELLI

SIGEP – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ  
ABÍLIO DE OLIVEIRA SANTANA

SIITEP – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS E EMPRESAS DE INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES, EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ  
BIRATÁ HIGINO GIACOMONI

SINAES – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES, APARELHOS DE RADIOTRANSMISSÃO, REFRIGERAÇÃO, AQUECIMENTO E TRATAMENTO DE AR, LÂMPADAS E APARELHOS ELÉTRICOS DE ILUMINAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ  
VIRGILIO MOREIRA FILHO

## SINDICATOS INDUSTRIAS FILIADOS À FIEP

SINCABIMA – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CACAU E BALAS, MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS DO ESTADO DO PARANÁ  
ROMMEL BARION

SINCAFE – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ  
GUIVAN BUENO

SINDIADUBOS – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS NO ESTADO DO PARANÁ  
JOSÉ CARLOS DE GODOI

SINDALFA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ALFAIATARIAS DO ESTADO DO PARANÁ  
ROBERTO BIESEMAYER

SINDIBOR – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE BORRACHA DO ESTADO DO PARANÁ  
JOSAFAT KUBRAK

SINDICOURO – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE COURO DO ESTADO DO PARANÁ  
NEURY MACIONKI

SINDIOLEOS – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AZEITE E ÓLEOS ALIMENTÍCIOS NO ESTADO DO PARANÁ  
FREDERICO JOSÉ BUSATO JÚNIOR

SINDICARNE – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNE E DERIVADOS NO ESTADO DO PARANÁ  
PÉRICLES PESSOA SALAZAR

SINDIBEBIDAS – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERVEJA DE ALTA E BAIXA FERMENTAÇÃO, DA CERVEJA E DE BEBIDAS EM GERAL, DO VINHO E ÁGUAS MINERAIS DO ESTADO DO PARANÁ  
NILO CINI JUNIOR

SINDUSCON – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO PARANÁ  
JOSÉ EUGENIO SOUZA DE BUENO GIZZI

SINDITÊXTIL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM NO ESTADO DO PARANÁ  
NELSON FURMAN

SINDILEITE – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS DO PARANÁ  
MARCO ANTONIO GALASSINI SILVA

SINDIMETAL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARANÁ  
ALCINO DE ANDRADE TIGRINHO

SINPACEL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PAPEL, CELULOSE E PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL, PAPELÃO E DE ARTEFATOS DE PAPEL E PAPELÃO DO ESTADO DO PARANÁ  
RUI GERSON BRANDT

SINDIAVIPAR – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS AVÍCOLAS DO ESTADO DO PARANÁ  
DOMINGOS MARTINS

SINDICAF – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS E ARTEFATOS DE CIMENTO E FIBROCIMENTO E LADRILHOS HIDRÁULICOS DO ESTADO DO PARANÁ  
GUILHERME FIORESE PHILIPPI

SINQFAR – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÉUTICAS DO ESTADO DO PARANÁ  
MARCELO IVAN MELEK

SINDIREPA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DO ESTADO DO PARANÁ  
WILSON BILL

SINDITRIGO – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO NO ESTADO DO PARANÁ  
MARCELO VOSNIKA

SINELTEPAR – SINDICATO DAS EMPRESAS DE ELETRICIDADE, GÁS, ÁGUA, OBRAS E SERVIÇOS DO ESTADO DO PARANÁ  
VALCIDEIR GARCIA FERREIRA

SINDEMON – SINDICATO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA DE MONTAGEM E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ  
JAIR JOSÉ DE SOUZA

SINDIPINTURAS – SINDICATO DAS EMPRESAS NO RAMO DE PINTURAS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAS, PREDIAIS, METAIS, MADEIRAS, LETRAS, DECORAÇÕES, ORNATOS E ESTUQUES NO ESTADO DO PARANÁ  
CARLOS EDUARDO FUCHS

SINDIVEST – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE CURITIBA  
LUCIANA BECHARA

SIMADEIRA – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA MADEIRA DO ESTADO DO PARANÁ  
DANIEL BERNECK

SINDICER – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE OLARIAS E CERÂMICAS PARA CONSTRUÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ  
DANIEL WOSNIAK

## SINDICATOS INDUSTRIAS FILIADOS À FIEP

SIMAGRAN – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS NO ESTADO DO PARANÁ  
JOSÉ GEORGEVAN GOMES DE ARAÚJO

SIMPEP – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO NO ESTADO DO PARANÁ  
DENISE DYBAS DIAS

SIMOV – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO E MARCENARIA DO ESTADO DO PARANÁ  
MAURO PEREIRA SCHWATSBURD

SIPCEP – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA NO ESTADO DO PARANÁ  
VILSON FELIPE BORGGMANN

**FOZ DO IGUAÇU**  
INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS E TANOARIAS E DA MARCENARIA DE FOZ – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS E TANOARIAS E DA MARCENARIA DE FOZ DO IGUAÇU

SINDIREPA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE FOZ DO IGUAÇU  
JOSÉ MELSI GALETTI ZAPAROLLI

**FRANCISCO BELTRÃO**  
SINDIREPA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE FRANCISCO BELTRÃO  
RAFAEL LISTON

SINDIMADMOV – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS E TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS, LAMINADOS, AGLOMERADOS, CHAPAS DE FIBRAS DE MADEIRA E DA MARCENARIA DE FRANCISCO BELTRÃO  
EDGAR BEHNE

SINVESPAR – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DO SUDOESTE DO PARANÁ  
CLÁUDIO LATREILLE

**GUARAPUAVA**  
SINDUSMADEIRA – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRAS, SERRARIAS, BENEFICIAMENTOS, CARPINTARIA E MARCENARIA, TANOARIA, COMPENSADOS E LAMINADOS, AGLOMERADOS E EMBALAGENS DE GUARAPUAVA  
ALVIR ANTONELLI

SINDIREPA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE GUARAPUAVA  
LAURO PLETSCH

**IMBITUVA**  
SIMADI – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MADEIRA DE IMBITUVA  
PAULO ROBERTO PUPO

**IRATI**  
SINDIMADEIRA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS E TANOARIAS E DA MARCENARIA DE IRATI  
ESTANISLAU FILLUS

**LONDRINA**  
INDALPAR – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE FIBRAS VEGETAIS E DO DESCAROÇAMENTO DE ALGODÃO DO ESTADO DO PARANÁ

SIREMOVEL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS RETIFICADORAS DE MOTORES DE VEÍCULOS DE LONDRINA  
WALDECIR SCANAVACCA

SINDUSCON NORTE – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO NORTE DO PARANÁ  
OSMAR CEOLIN ALVES

SINDITÊXTIL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE LONDRINA  
ANTONIO DI RIENZO

SINDIMETAL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE LONDRINA  
VALTER LUIZ ORSI

SINFOR – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO PARANÁ  
MARCUS VON BORSTEL

SINDPANP – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIAS DO NORTE DO PARANÁ  
ITAMAR CARLOS FERREIRA

SINQUIFAR – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DO NORTE DO PARANÁ  
ALLAN GOMES GUIMARÃES

SIMPLAS – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO DO NORTE DO PARANÁ  
SUELI DE SOUZA BAPTISACO

SIRVAL – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE LONDRINA  
DOUGLAS TEÓFILO DOS SANTOS

SIVEPAR – SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DO PARANÁ  
ALEXANDRE GRACIANO DE OLIVEIRA

## SINDICATOS INDUSTRIAS FILIADOS À FIEP

### MARINGÁ

SIAPAR – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DO PARANÁ  
MIGUEL RUBENS TRANIN

SIALPAR – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL DO ESTADO DO PARANÁ  
MIGUEL RUBENS TRANIN

SIBIOPAR – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PRODUÇÃO DE BIODIESEL DO ESTADO DO PARANÁ  
MIGUEL RUBENS TRANIN

SICPPAR – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CURTIMENTO DE COUROS E DE PELES DO ESTADO DO PARANÁ  
EDSON VANZELLA PEREIRA DE SOUZA

SINDUSCON NOROESTE – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ  
JOSÉ MARIA DE V. P. SOARES

SINGRAMAR – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE MARINGÁ E REGIÃO  
JOÃO PEREIRA MOÇO SOBRINHO

SINDIMETAL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MARINGÁ  
CARLOS WALTER MARTINS PEDRO

SINDIREPA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE MARINGÁ  
ANTONIO CARLOS DALCOLLE

SINDIVEST – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DE MARINGÁ  
CÁSSIO MURILO DE ALMEIDA

### NOVA SANTA ROSA

SINDICER OESTE – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICAS E DE OLARIAS DO OESTE DO PARANÁ  
REINALDO JORGE SCHERER

### PALMAS

SINDIPAL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS, LAMINADOS E DE MARCENARIAS DE PALMAS  
EDSON LUIZ RIBAS

### PARANÁVAI

SINDIREPA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE PARANÁVAI  
VANDERLEI LUGLI

SIMP – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA MANDIOCA DO ESTADO DO PARANÁ  
ROLAND SCHURT

### PATO BRANCO

SINDIMETAL SUDOESTE – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE PATO BRANCO  
EVANDRO NÉRI

### PONTA GROSSA

SINDIMINERAIS – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS DO ESTADO DO PARANÁ  
GUSTAVO ANGELO MANDALOZZO

SINDIREPA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE PONTA GROSSA  
JOHN RALPH REIS

### SINDIMETAL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS

METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE PONTA GROSSA  
LUIZ PAULO ROVER

SINDICER NORTE – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE OLARIA E CERÂMICA DO NORTE DO PARANÁ  
MIGUEL GAUGINSK

SINDPAN CAMPOS GERAIS – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFETARIA DOS CAMPOS GERAIS  
LUIS ALBERTO SHEIFER

SINDIMADEIRA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS E TANOARIAS E DA MARCENARIA DE PONTA GROSSA  
JOSELITO ANTONIO PRZYBLOVICZ

### PRUDENTÓPOLIS

SINCOLSUL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICAS E OLARIAS DA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ  
RICARDO SANTIN

### RIO NEGRO

SIMOVEM – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MÓVEIS, MARCENARIAS, CARPINTARIAS, ARTEFATOS DE MADEIRA, SERRARIAS, MADEIRAS LAMINADAS E PAINÉIS DE MADEIRA RECONSTITuíDA DE RIO NEGRO  
JULIANO LANGOWSKI

### SÃO MATEUS DO SUL

SINDIMATE – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO MATE NO ESTADO DO PARANÁ  
IGNÁCIO MARIA CARRAU SUPPARO

## SINDICATOS INDUSTRIAS FILIADOS À FIEP

### **TELÊMACO BORBA**

SINDIMATEL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS, AGLOMERADOS E CHAPAS DE FIBRAS DE MADEIRA E DE MARCENARIA DE TELÊMACO BORBA  
RANGEL HORNUNG

### **TOLEDO**

SINDIREPA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE TOLEDO  
EDIMAR CARLOS VANZELLA

### **UMUARAMA**

SINDIMETAL – SINDICATO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA, MECÂNICA E DE MATERIAL ELÉTRICO DE UMUARAMA

SINDIREPA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE UMUARAMA  
ROBERTO RAIMUNDO DOS SANTOS

SIMUR – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MOVELEIRAS, MARCENARIAS E AFINS DE UMUARAMA E REGIÃO  
ARIOVALDO JOÃO TRENTO

### **UNIÃO DA VITÓRIA**

SINPAMAD – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS, AGLOMERADOS E CHAPAS DE FIBRAS DE MADEIRA E DE MARCENARIA DE UNIÃO DA VITÓRIA  
FABRÍCIO ANTÔNIO MOREIRA NETO

### **SINDICATOS NACIONAIS**

**CURITIBA – PR**  
SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS  
LUIZ ALBERT NETO  
  
SINDIPEÇAS – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES  
BENEDICTO KUBRUSLY JÚNIOR

**CONTAGEM – MG**  
SIR – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE REFRATÁRIOS  
WAGNER MARIANO SAMPAIO

**RIO DE JANEIRO – RJ**  
SNIC – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO  
JOSÉ OTAVIO CARNEIRO DE CARVALHO

SINDICATO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS SIDERÚRGICAS  
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

**SÃO PAULO – SP**  
SINDAN – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE ANIMAL  
EMÍLIO CARLOS SALANI

SINDIRÁCOES – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL  
ROBERTO IGNACIO BETANCOURT

SINFAVEA – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE TRATORES, CAMINHÕES, AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS SIMILARES  
CLEDORVINO BELINI

### **SINDICATO INTERESTADUAL**

**SANTA CRUZ DO SUL – RS**  
SINDITABACO – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FUMO DA REGIÃO SUL DO BRASIL  
IRO SCHÜNKE

## **COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP**

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM UMUARAMA  
ANTONIO F. SCANAVACCA

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM PONTA GROSSA  
ÁLVARO LUIZ SCHEFFER

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM LONDRINA  
ARY SUDAN

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM PATO BRANCO  
CLÁUDIO PETRYCOSKI

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM RIO NEGRO  
EDSON JOSÉ GUENTHER

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM IRATI  
ESTANISLAU FILCUS

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM CASCABEL  
GILBERTO LUIZ BORDIN

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM ARAPONGAS  
IRINEU MUNHOZ

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM BANDEIRANTES  
JOSÉ ROBERTO ALTIZANI

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM GUARAPUAVA  
JULIO CESAR PACRECO AGNER

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM TOLEDO  
LIESER AUGUSTO BELENSIER

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM CAMPO MOURÃO  
MARCOS AUGUSTO FUCHS

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
MARLISE SULZBACH RICARDI

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM PARANAVAÍ  
MAURICIO GEHLEN

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM MARINGÁ  
PAULO MENEGUETTI

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM FRANCISCO BELTRÃO  
ROBERTO FLÁVIO PECOITS

COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM APUCARANA  
SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS

## COORDENAÇÃO DOS CONSELHOS TEMÁTICOS E SETORIAIS DA FIEP

CONSELHO TEMÁTICO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS  
ROMMEL BARION

CONSELHO TEMÁTICO DE POLÍTICA INDUSTRIAL, INOVAÇÃO E DESIGN  
RODRIGO RAFAEL DE MEDEIROS MARTINS

CONSELHO SETORIAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL  
NORMANDO ANTONIO BAÚ

CONSELHO SETORIAL DA INDÚSTRIA DA MADEIRA  
PAULO ROBERTO PUPO

CONSELHO SETORIAL DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO E TÊXTIL  
LUCIANA BECHARA ZUKOVSKI WICHERT

CONSELHO SETORIAL DA INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA,  
METALMECÂNICA E DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS  
ALCINO DE ANDRADE TIGRINHO

CONSELHO SETORIAL DA INDÚSTRIA MINERAL  
CLÁUDIO GROCHOWICZ

CONSELHO SETORIAL DA INDÚSTRIA MOVELEIRA  
AURÉLIO SANT'ANNA

CONSELHO SETORIAL DA INDÚSTRIA SUCROENERGÉTICA  
MIGUEL RUBENS TRANIN

CONSELHO TEMÁTICO DE INFRAESTRUTURA  
EDSON LUIZ CAMPAGNOLO

CONSELHO TEMÁTICO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS  
NELSON ROBERTO HÜBNER

CONSELHO TEMÁTICO DA MICRO, PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA  
NORBERT ADOLF HEINZE

CONSELHO TEMÁTICO DE RELAÇÕES DO TRABALHO  
CARLOS WALTER MARTINS PEDRO

CONSELHO TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL  
MAYRA ANDREA DORIA MATTANA

CONSELHO TEMÁTICO DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES  
AURÉLIO SANT'ANNA

CONSELHO TEMÁTICO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS  
HELIO BAMPI

CONSELHO TEMÁTICO DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS  
JOSÉ FERNANDO DILLENBURG

## PARTICIPANTES NA VALIDAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

NOME	INSTITUIÇÃO
ADEMIR VICENTE DA SILVA	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
ANGELO RICARDO RODRIGUES DE SOUZA	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
ANTONINHO CARON	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAE
ANTONIO CAETANO DE PAULA JUNIOR	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
CARLOS WALTER MARTINS PEDRO	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP – CONSELHO TEMÁTICO DE RELAÇÕES DO TRABALHO
CAROLINE ARNS DE SANTA CRUZ ARRUDA	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
CÁSSIO TANIGUCHI	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
CHRISTIAN LUIZ DA SILVA	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR
CICERO BLEY JR	ITAIPU BINACIONAL
CLEVERSON VITORIO ANDREOLI	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR
DALTON TOFFOLI	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
DÉCIO ESTEVÃO DO NASCIMENTO	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR
DEMETRIUS NICHELI MACEI	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
DIONISIO JOÃO PARISE	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
DORGIVAL LIMA PEREIRA	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
EDUARDO AUGUSTO KNECHTEL	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
EDUARDO VAZ DA COSTA JUNIOR	INSTITUTO EUVALDO LODI DO PARANÁ – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – IEL/PR
ELCIO HERBST	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
ENELVO SANCHOTENE MARTINELLI	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
ERASMO H. MELLO PEREIRA	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
FELIPE SANCHES COUTO	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
FILIPE MIGUEL CASSAPO	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
FRANCISCO JOSÉ ZERBETO ASSIS	BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE

NOME	INSTITUIÇÃO
FRANCO DE MATOS	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
GILBERTO GILBERTI	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
GILMAR MENDES LOURENÇO	INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES
GUSTAVO ALEXANDRE DUDA MATTANA	AGÊNCIA DE FOMENTO PARANÁ
GUSTAVO FANAYA	INSTITUTO BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE – IBQP
HELOISA CORTIANI DE OLIVEIRA	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
HENRIQUE RICARDO DOS SANTOS	AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO
HORÁCIO MONTESCHIO	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
IRINEU ROVEDA JUNIOR	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
IRVANA CHEMIN BRANCO	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
JOAO ARTHUR MOHR	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
JORGE GOMES ROSA FILHO	BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE
JOSÉ ANTONIO FARES	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
JOSÉ FERNANDO DILLENBURG	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP – CONSELHO TEMÁTICO DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS
JOSÉ HENRIQUE DE FARIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
JOSÉ PIO MARTINS	UNIVERSIDADE POSITIVO – UP
LAFAIETE SANTOS NEVES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
LETÍCIA YUMI DE REZENDE	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
LUIZ MARCELO PADILHA	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE
MARCELO ANTONIO PERCICOTTI DA SILVA	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
MARCO ANTONIO AREIAS SECCO	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
MARCO ANTONIO GUIMARAES	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
MARIA APARECIDA ZAGO UDENA	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
MARIA CRISTHINA DE S. ROCHA	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
MARIANO DE MATOS MACEDO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
MAURILIO LEOPOLDO SCHMITT	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP

NOME	INSTITUIÇÃO
MIGUEL SALOMÃO	CONSULTORIA INTERNACIONAL
MILTON BUENO	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
NELSON ROBERTO HÜBNER	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP – CONSELHO TEMÁTICO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
NORBERT ADOLF HEINZE	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP – CONSELHO TEMÁTICO DA MICRO, PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA/ FORPLAS
OVALDIR NARDIN	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
PAULO ROBERTO SLUD BROFMAN	FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
PEDRO CARLOS CARMONA GALLEGO	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL –DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/SENAI/PR
PEDRO DONATO SKRABA	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
PRISCILLA FATIMA CAETANO DE LIMA	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
RAMIRO WAHRHAFTIG	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
REGIANE DE CASSIA RUIVO MATURO	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
REINALDO VICTOR TOCKUS	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
RENATA THEREZA FAGUNDES CUNHA	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
ROBERTO ANTONIO PEREIRA ZURCHER	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
RODRIGO RAFAEL DE MEDEIROS MARTINS	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP – CONSELHO TEMÁTICO DE POLÍTICA INDUSTRIAL, INOVAÇÃO E DESIGN
RODRIGO MEISTER DE ALMEIDA	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
ROMMEL BARION	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP – CONSELHO TEMÁTICO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS
SANDRO NELSON VIEIRA	INSTITUTO BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE – IBQP
SÉRGIO PÓVoa PIRES	INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC
SONIA M. DO R. B. MAGALHÃES	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
SUELI ÉDI RUFINI	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
TATIANA HENN	BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE
VICTOR MANOEL PELAEZ ALVAREZ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

## PARTICIPANTES DA SEMANA DA INDÚSTRIA

NOME	INSTITUIÇÃO
ABILIO DE OLIVEIRA SANTANA	EMPRESA HELLOGRAFF ARTES GRÁFICAS LTDA.
ACYR MIGUEL UARIO	PLASTBEL
ADAIR J. SCHUMACHER	INDÚSTRIA SCHUMACHER LTDA./MICROBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRONICOS LTDA.
ADILSON C. FILIPAKI	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
ADILSON DE ASSIS	SINDIVEST – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DE MARINGÁ/ MONDRESS LINGERIE
ADILSON PEDRO PETRY	BRF INDÚSTRIA
AGNALDO DA SILVA	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE VESTUÁRIO DO PARANÁ – SINVESPAR
ALCEO GUAREZ ALMEIDA	INOMAQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
ALCIDES VIEIRA DE ARAÚJO	AL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.
ALCINO DE ANDRADE TIGRINHO	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARANÁ
ALEXANDRE COELHO DE SOUZA	ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ASSESPRO PARANÁ
ALEXANDRE DALL ONDER	EMPRESA DALPARE RECICLAGENS METÁLICAS
ALEXANDRE DESTEFANO	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
ALEXANDRE GRACIANO DE OLIVEIRA	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE VESTUÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ – SINVESPAR
ALMIR GASPAR SCHENFELD	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
ÁLVARO LUIZ SCHEFFER	ÁGUILA PARTICIPAÇÕES
ALVIR ANTONELLI	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
AMAURO TONINI SCOPEL	ALUMÍNIOS MERCOSUL
ANA PAULA DE CARVALHO PEREIRA LOBO	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
ANDERSON JOSE PEREIRA	GEMOTO
ANGELA MÁRCIA ROCHA	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MARINGÁ – SINDIMETAL
ANGELO MARTINS JUNIOR	POLIVEL VEÍCULOS
ANTONIO CARLOS DALCOLLE	POLIVEL VEÍCULOS

NOME	INSTITUIÇÃO
ANTONIO DI RIENZO	SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE LONDRINA – SINTÊXTIL
ANTONIO FROZA	MTA ALUMÍNIO
ANTONIO PEDRON	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE FRANCISCO BELTRÃO
ANTONIO VIEIRA GUIOMAR	SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DE MARINGÁ – SINDVEST
ARIOVALDO TRENTO	SINDICATO DOS CORRETORES DE IMÓVEIS DO ESTADO DO PARANÁ – SINDIMÓVEIS
ARY SUDAN	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
ATSUSHI YOSHII	A. YOSHII ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
BENJAMIN DALLA ROSA	PLANTI CENTER
BIRATÃ HIGINO GIACOMONI	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS E EMPRESAS DE INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES, EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ – SIITEP
BRUNO CESAR MOREIRA	DOCES FRONTEIRA
CARLOS ALBERTO PEDROTTI	BETUS INDUSTRIAL LTDA.
CARLOS ALEXANDRE WINDERLICH FERRAZ	F. A. MARINGÁ LTDA.
CARLOS ANDRÉ LUNKES	DARTA ACESSÓRIOS
CARLOS BADOTTI	SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO DO ESTADO DO PARANÁ – SINDITRIGO PR
CARLOS NORBERTO STRELOW	CONTINENTAL BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA.
CARLOS ROBERTO PICCINATO	INCORPLAC INDÚSTRIA/SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MÓVEIS DE ARAPONGAS – SIMA
CARLOS WALTER MARTINS PEDRO	HIDRO METALÚRGICA ZM LTDA./FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP – CONSELHO TEMÁTICO DE RELAÇÕES DO TRABALHO
CARMINE APARECIDO D OLIVO JUNIOR	ACUMULADORES SUPER LIFE LTDA.
CAROLINE FARIA	TECPRON SERVIÇOS LTDA.
CASSIA SHEDLER	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
CÁSSIO MURILO ALMEIDA	SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DE MARINGÁ – SINDVEST
CELIA OLIVEIRA SOUZA CATUSSI	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS – SINDUSCON
CELSO LUIZ DALLA GRANA	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE BORRACHA DO ESTADO DO PARANÁ
CÉZAR AUGUSTO PERUSSOLO	MASISA DO BRASIL

NOME	INSTITUIÇÃO
CEZAR LUIZ BETTINARDI COUTO	LOWÇUCAR
CLAUDINEI JOSÉ VESCO	RENUKA VALE DO IVAI S/A
CLÁUDIO GROCHOWICZ	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE MÁRMORES, CALCÁRIOS E PEDREIRAS NO ESTADO DO PARANÁ – SINDEMCAP
CLAUDIO LATREILLE	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DO SUDOESTE DO PARANÁ – SINVESPAR /EMPRESA LATREILLE LTDA.
CLAUDIO PETRYCOSKI	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
CLOVIS SOUZA COELHO	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
DANIEL WINOCUR	HUHTAMAKI DO BRASIL
DANIELA MARA DE PAULA CÂNDIDO DO NASCIMENTO	STORA ENSO
DARCI VANZIN	TEMPERLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS LTDA.
DENISE BENINCA DE PAULA	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
DEVANIR ALVES CAMPOS	TECPRON SERVIÇOS LTDA.
DOUGLAS UILSON LORENZETTI	GRAZIELA INDÚSTRIA DE SALGADOS
EDGAR BEHNE	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MADEREIRAS E MOVELEIRAS DO SUDOESTE DO PR – MADMOVE/EMPRESA MAREL
EDIMAR CARLOS VANZELLA	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS – SINDIREPA/MECÂNICA VANZELLA
EDIVAL SILVA	ENGETEC EQUIPAMENTOS LTDA.
EDNEI JUNIOR DUARTE	METALÚRGICA MONTE CARLO
EDSON CARLOS FLESSAK	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO – SINDIMETAL
EDSON JOSÉ DE VASCONCELOS	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO OESTE DO PR – SINDUSCON
EDSON JOSÉ GUENTHER	CONCRETIZE ENGENHARIA
EDSON LUIZ MILEKE	HUBNER COMPONENTES E SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.
EDSON LUIZ RIBAS	PALMAS COMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPENSADOS LTDA./ COMPENSADOS TRÊS IRMÃOS LTDA.
EDSON LUIZ SCHMITZ	COSTA OESTE CONSTRUÇÕES LTDA.
EDUARDO PALUDETTO	PALUDETTO E CIA. LTDA.
EITOR GREGORIO CAMILOTTI	ANGELO CAMILLOTTI E CIA. LTDA.
ELAINE CRISTINE MENDES	CASA DA INDÚSTRIA

NOME	INSTITUIÇÃO
ELIDIO CARLOS CURI DE MACEDO	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE OLARIAS E CERÂMICAS DO NORTE DO PARANÁ – SINDICERNORTE
ELIS REGINA DALL'ONDER	DALPARE LTDA.
ELISA SILVEIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
ELMAR PESSOA SILVA	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA
ELOI BORTOLINI	ELETISA EMBALAGENS LTDA.
EMERSON CARLOS LANGNER	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS E MARCENARIAS DO ESTADO DO PARANÁ – SIMOV
EMERSON ROSETTI	GRUPO BOJO 1000
ENEIAS PERES PRADO	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ARAPONGAS S/A – PRODASA
ENEZITO RUPPEL	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP – COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM IRATI
ERNESTO SOUNTACHI JUNIOR	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
ESTANISLAU FILLUS	HAGAEF LAMINADOS
EVALDO S. MARTINS	MARTINS CHAPIAÇÃO E PINTURA LTDA.
EVANDRO JOSÉ KOSTY CZ	RDK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
EVANDRO NERI	EMPRESA FERSUL/SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO – SINDIMETAL
EVANDRO PONSONI	ELCOESTE
EWALDO WACHELKE	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE TORRESFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DO PARANÁ – SINDUSCAFÉ
EZIMAR SANTOS	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
FABIO MARGARIDI FERREIRA	BAINHA COM ARAME
FÁBIO PIRES LEAL	MINERAÇÃO SÃO JUDAS LTDA.
FERNANDO MIZOTE	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARANÁ – SINDIMETAL
FERNANDO SOTHER	DAF CAMINHÕES
FLAVIO NOSLEI TOSTI	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO – SINVEST
FRANCISCO VALÉRIO JUNIOR	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT
FRED BUENO	EMPRESA SYNERGY CONSULTING BVI
GABRIEL VERÍSSIMO DA LUZ FERREIRA	SINDICATO DAS EMPRESAS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS – SINDIREPA

NOME	INSTITUIÇÃO
GERALDO DE OLIVEIRA MELO	MAKITA FERRAMENTAS ELÉTRICAS DO BRASIL LTDA.
GERALDO TOLEDO SILVA	LUMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS
GILBERTO GILBERTI	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
GIOVANA CARLA BAGGIO	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DO SUDOESTE DO PARANÁ – SINVESPAR
GRAZIELA LORENZETTI	GRAZIELA INDÚSTRIA DE SALGADOS
GUSTAVO ANGELO MANDALOZZO	ITAJARA MINÉRIOS LTDA.
HARLON LUNA FERREIRA	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-PR
HEBER RICARDO BOBECK	CONSTRUTORA RIO DA PRATA LTDA.
HELIO BAMPI	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP – CONSELHO TEMÁTICO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
HELMIRO R. BOBECK	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINDUSCON
HELTON TOMITA	ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES METÁLICAS – ENGELPEM
HENRIQUE PALERMO DO VALE	ASSESSORIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE – AEJ
HENRIQUE TORRES	REAL METAIS
HENRY CARLO CABRAL	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
ICARO WALDAMIR FIECHTER	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS AVÍCOLAS DO ESTADO DO PARANÁ – SINDIAPAR
ICLEA MARIA SALIVA CUNHA	IIN MODA ESPORTIVA
IDA LORENA ROEHR'S	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – ACIMACAR
INDIANARA PRESTES MATTAR MILLEO	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
IRINEU MUNHOZ	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP – COORDENADORIA REGIONAL DA FIEP EM ARAPONGAS/ CAEMMUN
ISAIAS DALZOTTO	MECÂNICA AVENIDA
ITAMAR CARLOS FERREIRA	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFETARIAS DO NORTE DO PARANÁ – SINDIPANP
IVAN DE CARVALHO BRAGA	REBITEC INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA.
IVANIRA BISCAIA DE OLIVEIRA	ITATINGA CALCÁRIO CORRETIVO LTDA.
IVO BREMM	CARIMBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA.
JAIR CARLOS SORBARA	PRESTES PERSIO SORBARA LTDA. /CONSTRUTORA PROSPECTO

NOME	INSTITUIÇÃO
JAIRO NIEHUES	EMPRESA LU & BAN INDÚSTRIA DE COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
JALMIR SANTO MANETTI	FUNDIÇÃO CARAJÁS LTDA.
JAN PETTER	ITATINGA CALCÁRIO CORRETIVO LTDA.
JARBAS GOES	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PONTA GROSSA – ACIPG /LDR TRANSPORTES E LOCAÇÃO LTDA.
JAYME LEONEL	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE APUCARANA E VALE DO IVAÍ – SIVALE
JEFFERSON PEREIRA MOÇO	GRÁFICA J. M.M. LTDA.
JOÃO ALBERTO SOARES DE ANDRADE	A'RETRAGA INTERNACIONAL LTDA.
JOÃO ALBERTO VIEIRA LABRE	LD EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.
JOÃO BOMBARDELLI	LATICÍNIOS LACTO BOM
JOÃO CARLOS MOTTI	CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA MECÂNICA E METALURGIA / CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-PR
JOAO CLAUDIO NEIS	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
JOAO GUIDO DE CASTRO CAMPELO	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINDUSCON
JOÃO PEREIRA MOÇO	GRÁFICA J.M.M. LTDA.
JOÃO SIQUEIRA CARDOSO E OLIVEIRA	MOVAL MÓVEIS ARAPONGAS LTDA.
JOAQUIM CANCELA GONÇALVES	PANIFICADORA VERA CRUZ LTDA.
JOHN RALPH REIS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE PONTA GROSSA – SINDIREPA
JORGE ALBERTO DICKEK	DICKMETAL
JORGE LUIZ AMODIO	TRANSPORTE RODOVIÁRIO E DE CARGAS
JORGE SZABLI JR	J.SZABLI COMPANHIA LTDA.
JOSÉ ALBERTO MOITA	RODONORTE – CCR
JOSÉ APARECIDO PALTANIN	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE PARANAVAÍ – SINDIREPA
JOSÉ CARLOS BECKHEUSER	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
JOSE CARLOS BITTENCOURT	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARANÁ – SINDIMETAL
JOSÉ DO CARMO GARCIA	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINDUSCON
JOSÉ DONIZETI DIAS	J. DIAS & VENTURELLI LTDA.

NOME	INSTITUIÇÃO
JOSE FERNANDO DILLENBURG	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP/CONSTRUTORA HEXATA LTDA.
JOSÉ LINEU DE GODOY	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINDUSCON/VALORAL CONSTRUÇÕES LTDA.
JOSÉ ROBERTO ALTIZANI	FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
JOSE ROBERTO DE CAMPOS	METALÚRGICA JE
JOSEMAR GUARISE	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO DE MÁRMORES CALCÁRIOS E PEDREIRAS – SIMDEMCAP
JOSUÉ LUIZ SIMIONATO MAIOLI	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – ACIMACAR
JOVELINA CHAVES DA SILVA SANTOS	PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO – SENDETEC
JULIANI A. AGNES	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI
JULIANO LANGOWSKI	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MÓVEIS, MARCENARIAS, CARPINTARIAS, ARTEFATOS DE MADEIRAS, SERRARIAS, MADEIRAS LAMINADAS E DE PAINÉIS DE MADEIRA RECONSTITUÍDA DE RIO NEGRO – SIMOVEM
JÚLIO CÉSAR LUPESPA	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP/AUTO MECÂNICA JÚLIO
JULIO CEZAR CLAZER	CLAZER INDÚSTRIA
JULIO CEZAR PACHECO AGNER	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
JUSCELINO CANDIDO DE LIMA	JUNCAR AUTOPEÇAS
KEILA CRISTINA ANGELICO DA SILVA	STORA ENSO ARAPOTI INDÚSTRIA DE PAPEL S/A
KELVI KRAUSPENHAR	EMPRESA KENUSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.
KELY CRISTINA HILARIO DA SILVA	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
LAIS CRISTINE BERALDI	CASA DA INDÚSTRIA
LAONI PEDRO RAMPI	CERÂMICA RAMPI LTDA.
LEANDRO RODRIGO BASSO	SUBSTRATO CONFECÇÕES
LEANDRO SOARES MACHADO	LE SOMA COMUNICAÇÃO
LEOCIR MARAFON	MÓVEIS MOVELMAR
LEONARDO FISTAROL KRINDGES	KRINDGES INDUSTRIAL LTDA.
LEONARDO RAMOS FABIAN	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINDUSCON
LEONARDO VIEIRA STEFANI	VERDEROCE COMÉRCIO DE PÃES LTDA.

NOME	INSTITUIÇÃO
LEORI CLAUDIO SCOTTON	SCOTTON
LOURIVAL NEVES JUNIOR	LACTO BOM
LUCIANA BECHARA ZUKOVSKI WICHERT	SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO – SINDIVEST
LUCIANO ANDRÉ GRAZIADEI	HUHTAMAKI DO BRASIL
LUCIANO PIETROBELLINI	PIETROBELLINI MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.
LUIS ALBERTO SCHEIFER	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DOS CAMPOS GERAIS – SINDIPAN
LUIS ANDRE DODL	BRF INDÚSTRIA
LUIZ ANTONIO MENDONÇA	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
LUIZ CARLOS PERETTI	COORDENADORIA DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO SUDESTE DO PARANÁ – CACISPAR
LUIZ EDUARDO GUARANÁ	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TOLEDO/ACT
LUIZ EDUARDO PILATTI ROSAS	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PONTA GROSSA – ACIPG/LDR TRANSPORTES E LOCAÇÃO LTDA.
LUIZ FERNANDO CURY CRUZ	CERÂMICA PRUDENTÓPOLIS LTDA.
LUIZ FRANCISCO KLEINIBING	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DO OESTE DO PARANÁ – SINDAP/PANIFICADORA JARDIM CRISTAL
LUIZ KRINDGES	CONFECÇÕES KRINDGES
LUIZ LORI CALGARO	MARTOL MÁRMORES E GRANITOS LTDA.
MANOEL LUIZ ARAUJO	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO ESTADO DO PARANÁ – SINDITEXTIL
MARC VANCAMELBEEK	BEAULIEU DO BRASIL INDÚSTRIA DE CARPETES LTDA.
MARCELO SUREK	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
MARCIA APARECIDA KULKA	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
MARCIA DENIZE TRICHES PAINIM	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
MARCIO CATISTE	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE PARANÁVÁI – ACIAP
MARCIO FERNANDES DE MORAIS	AIMES
MARCIO LUIZ BEDIN	EMPRESA BEDIN SAT
MARCO ANTONIO GALLASSINI DA SILVA	LACTOJARA IND. E COM. DE LATICÍNIOS LTDA./PICNIC QUEIJOS E ALIMENTOS LÁCTEOS
MARCOS ANTONIO SCHENATTO	PAVIMENTI BLOCOS E PAGERS LTDA.

NOME	INSTITUIÇÃO
MARCOS AURÉLIO GUERRA	LI INDÚSTRIA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EM ALUMÍNIO
MARCOS THOME GIOVANELLA	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINDUSCON/DGI CONSTRUTORA LTDA.
MARIA CLÁUDIA BOMBONATTO	BOMPEL INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.
MARIA DE FÁTIMA FERNANDES CASSITAS	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ARAPONGAS – PRODASA
MARIA JOSÉ NASCIMENTO	KL DO BRASIL
MARIA LUCELIA BATISTA DE BORTOLI	SMICT – PARANÁ
MARIA SOLANGE MARECKI PIO VIEIRA	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
MARIA TÓSCHI VENERIO MARTINS	SINDCCON NORTE – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRÉ- MOLDADOS DE CONCRETO E ARTEFATOS DE CIMENTO DO NORTE DO PARANÁ/ FEMAC
MARIO PICOLI	PREFEITURA MUNICIPAL CÉU AZUL
MARLISE RICARDI	CANDON ADITIVOS PARA ALIMENTOS LTDA.
MATEUS AUGUSTO COMELLI	COMELLI & CIA. LTDA.
MAURICIO GEHLEN	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
MAURO GALETTO	CALPAR COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA.
MAURO PEREIRA SCHWARTSBURD	SINDICATO DA INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO E MARCENARIA DO ESTADO DO PARANÁ – SIMOV
MERI APARECIDA MORAES	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARANÁ – SINDIMETAL/FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
MESI MORAES	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO – SINDIMETAL
MIGUEL ANTONIO FERREIRA	RONDA PADARIA
MIGUEL RUBENS TRANIN	ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO DE BIOENERGIA DO ESTADO DO PARANÁ – ALCOPAR/SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL DO ESTADO DO PARANÁ – SIALPAR/SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR DO ESTADO DO PARANÁ – SIAPAR/SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUÇÃO DE BIODISEL DO ESTADO DO PARANÁ – SIBIOPAR
MILTON WITTIG BUENO	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP/CENTRAL DE RELAÇÕES COM SINDICATOS E COORDENADORIAS REGIONAIS
MILTON YUKIO KAWAKAMI	ÁGUA SISTEMAS DE ARMAZENAGEM S/A
MOACIR PEREIRA LIMA	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARANÁ – SINDIMETAL
NADJA MARAI KINCHESKI MARQUES	HEINEKEN BRASIL
NEDIR NOJEHOVSKI	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS – SINDIREPA/EMPRESA MECÂNICA TRUQUE DIESEL – CAMIOPAR

NOME	INSTITUIÇÃO
NEILOR GASPERINI	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICAS E OLARIAS DA REGIÃO CENTRO SUL DO PARANÁ – SINCOLSUL
NELSON ARNALDO KOWALSKI	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO ARROZ, MILHO, SOJA E BENEFICIAMENTO DO CAFÉ DO ESTADO DO PARANÁ – SAMISCA
NELSON CANABARRO	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR
NELSON FANAYA	
NELSON HIDEMI OKANO	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-PR
NELSON POLISELI	POQUEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS/SIMA – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MÓVEIS DE ARAPONGAS
NELSON ROBERTO HUBNER	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARANÁ – SINDIMETAL-PR
NEVIO UARIO	UARIO PLÁSTICOS LTDA.
NILTON ANTONIO FIOR	RAINHA CENTER/CASA DO CABELEIREIRO LTDA./FIOR COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA.
NILTON STEFANI	VERDEROCE COMÉRCIO DE PÃES LTDA.
NISIANE MADALOZZO	INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA – IPLAN
NIVEA MARIA DE LIMA FARIAS	HUBNER COMPONENTES E SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.
NORBERT ADOLF HEINZE	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP/CONSELHO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA INDUSTRIAL – COMPREM
NORIVAL GALINA	GALINA MADEIRAS
OLGA MOLEIRINHO	CURTUME CENTRAL LTDA.
OSEIAS DE SOUZA GIMENES	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE CIANORTE – SINVEST
OSMAR MAZETTO	CONFECÇÕES RAFSER LTDA.
OSMAR MILANI	SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL MÓVEIS BANROM LTDA.
OSVINO RICARDI	AGRÍCOLA HORIZONTE LTDA.
PATRICIA ECAVE	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
PAULO ROBERTO PUPO	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MADEIRA DE IMBITUVA – SIMADI
PAULO ROBERTO VEIGA	BELLE PANE PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA.
PAULO RODRIGO COPPETTI	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – ACIMACAR
PAULO SERGIO LOPES ZEN	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR

NOME	INSTITUIÇÃO
PEDRO FISTAROL DE ARAUJO	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS, LAMINADOS DE MARCENARIAS DE PALMAS – SINDIPAL
PRISCILA SCHIFFER DE MORAES	METALÚRGICA SCHIFFER S/A
PRISCILA SCOTTON	SCOTTON
PRISCILLA GARBELINI JARONSKI	CASA DA INDÚSTRIA
RAFAEL LISTON	GL LISMOTOR RETÍFICA DE MOTORES LTDA.
RAPHAEL MALHEIRO DANZER	INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PAPÉIS – INBRAPEL
RAUL FILIPPI	CONFECÇÕES KEISER LTDA.
REINALDO JORGE SCHERER	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICAS E DE OLARIAS DO OESTE DO PARANÁ – SINDICER
REJANE MARTINS	REVISTA ALDEIA
RENATA MACEDO DE PAULA	CARGILL AGRÍCOLA S/A
RICARDO ROGÉRIO DE SANTANA	HAPLOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ROBERTO BIESEMAYER	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ALFAIATARIAS DO PARANÁ – SINDALFA
ROBERTO FLAVIO PECOITS	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
ROBERTO YOSHIO IMAI	TÉCNICA DE SOLDAS R. Y. I. LTDA.
RODRIGO DOS PASSOS MOREIRA	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR
RODRIGO E. SANTOS MARTINS	AMODIO AGENCIAMENTO DE PASSAGENS
RODRIGO RAFAEL DE MEDEIROS MARTINS	EMPRESA AMAZING GRAPHICS DO BRASIL LTDA.
ROGÉRIO GILBERT SCHERER	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO – SECRETARIA DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO DE PATO BRAGADO
ROSÂNGELA DO C. PEREZ E SOUZA	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
RUDIMAR OLKOSKI	S.W CARDOSO
RUI GERSON BRANDT	COMPANHIA DE CELULOSE E PAPEL DO PARANÁ – COCELP/SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PAPEL E CELULOSE DO PARANÁ – SINPACEL
RUI LONDERO BENETTI	SINDICATO DAS EMPRESAS DE ELETRICIDADE GÁS ÁGUA OBRAS E SERVIÇOS DO ESTADO DO PARANÁ – SINELTEPAR
SALETE GAUGINSKI	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP
SANDRA HELENA GUERKE	HUBNER COMPONENTES E SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.

NOME	INSTITUIÇÃO
SARA HELENA BOBECK	CONSTRUTORA RIO DA PRATA LTDA.
SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINDUSCON
SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS JUNIOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA
SEBASTIAO WANDERLI CARDOSO DA SILVA	SINDICATO DAS EMPRESAS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS – SINDIREPA
SÉRGIO CÉSAR ZAMPARONE	MULT DIESEL
SÉRGIO LEOPOLDO	AP WINNER LTDA.
SERGIO MORILLA DOS SANTOS	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA
SERGIO YASSUO YAMAWAKI	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA
SIDNEY CASARIN	NOVA FIOS
SIDNEY PACIORNIK	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO PARANÁ – SIGEP
SILVIA LÚCIA DOS SANTOS GALVÃO	BEAULIEU DO BRASIL INDÚSTRIA DE CARPETES LTDA.
SILVIA NILZA TULER	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
SILVIO CHAVES	E. MOSER – MRG
SILVIO LUIZ PINETTI	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS, AGLOMERADOS E CHAPAS DE FIBRAS DE MADEIRAS E DA MARCENARIA DE ARAPONGAS – SIMA
SIMÃO HIRATA	GREAT NEWS CONFECÇÕES LTDA.
SIMONE SUZZIN	RODONORTE – CCR
SIUSI MARTINS	INSTITUTO EUVALDO LODI – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – IEL/PR
SOLANGE APARECIDA DOS SANTOS CUSTODIO	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SESI/PR
SOLANGE STEIN	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DO SUDOESTE DO PARANÁ – SINVESPAR
SONIA REGINA PAUDETTI BARACHO	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE CAMPO MOURÃO – SINDIMETAL
STEPHANIE FERNANDES PEREIRA	SINDICATO DAS EMPRESAS DE ELETRICIDADE, GÁS, ÁGUA, OBRAS E SERVIÇOS DO ESTADO DO PARANÁ – SINELTEPAR
TAMOTU ODA	PRECISÃO PEÇAS E MOTORES PARA VEÍCULOS LTDA.
TÂNIA PANIZZON AGNOLETO	BRINQUEDOS UNIÃO
TEDE WILLIAM GOMES CAMACHO	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
TOMOYUKI KUROBE	MAKITA FERRAMENTAS ELÉTRICAS DO BRASIL LTDA.

NOME	INSTITUIÇÃO
UMBERTO CARLOS MACEDO	LAVANDERIA CIDADE VERDE LTDA.
URBANO RAMPAZZO	INDÚSTRIA GRÁFICA CAIUÁS/GRÁFICA CAIUÁS
VALCIDEIR GARCIA FERREIRA	SINDICATO DAS EMPRESAS DE ELETRICIDADE, GÁS, ÁGUA, OBRAS E SERVIÇOS DO ESTADO DO PARANÁ – SINELTEPAR
VALDEMAR AUGUSTO DE SOUZA	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – SENAI/PR
VALDINEI FRANCISCO BOBATO	BELPLAST INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA.
VALQUÍRIA DEMARCHI ARNS	INDÚSTRIA – COCAMAR
VALTER LUIZ ORSI	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARANÁ – SINDIMETAL
VANESSA BUSATTO	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MADEIREIRAS E MOVELEIRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ – SINDIMADMOVE
VANESSA DE OLIVEIRA GAETA	SMICT – PARANÁ
VANESSA XAVIER DIAS PÉRCIO	PRESTES PERSIO SORBARA LTDA. /CONSTRUTORA PROSPECTO
VANILDO ANTONIO MARAFON	EMBREPARTS COMPONENTES LTDA.
VICTOR HUGO DE OLIVEIRA	AGÊNCIA DO TRABALHADOR
VICTOR MANOEL PAELAEZ ALVAREZ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
VICTOR MATEUS SALMORIA	SEIVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO LTDA.
VILSON FELIPE BORGGMANN	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA NO ESTADO DO PARANÁ – SIPCEP
VIVIAN DÁTOLA DE MELLO	MASISA DO BRASIL
WAGNER DENCK	PÃES DENCK
WAGNER RODRIGUES	COELGE
WILSON BILL	SINDICATO DAS EMPRESAS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS – SINDIREPA



# Referências

ABREU, J. R. A tributação do valor adicionado no Mercosul, em países federados e na União Europeia: mecanismos e ajustes de fronteira. In: PRÊMIO TESOURO NACIONAL MERCOSUL, IX., 2004, Brasília. **Monografia**. Brasília: Prêmio Tesouro Nacional Mercosul, 2004. p. 1-75. Disponível em: <[www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio\\_TN/IXPremio/mercosul/3mercosulXPTN/3premio\\_mercosul.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/IXPremio/mercosul/3mercosulXPTN/3premio_mercosul.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 1004**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <[10www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf](http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2014.

BRASIL. Constituição (1966). **Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, estados e municípios. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Constituição (1969). Decreto-Lei 491, de 5 de março de 1969. **Estímulos fiscais à exportação de manufaturados**. 5. ed. Brasília, DF, 5 mar. 1969. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0491.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0491.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Emenda Constitucional 45, de 5 de outubro de 1988. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constiticao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constiticao/constituicao.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Brasília, 18 jul. 2000. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005**. Brasília, DF, 21 nov. 2005. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm)>. Acesso em: 14 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei 11.180, de 23 de setembro de 2005. **Projeto escola de fábrica**. Brasília, Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11180.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11180.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011**. Brasília, DF, 8 dez. 2011. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp140.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Governo Federal. **Conheça o eSocial**. Publicado em: 2013. Disponível em: <[www.esocial.gov.br/Conheca.aspx](http://www.esocial.gov.br/Conheca.aspx)>. Acesso em: 12 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Receita Federal. **Programa de Sustentação de Investimento**. Disponível em: <[www.brasil.gov.br/acl\\_users/credentials\\_cookie\\_auth/require\\_login?came\\_from=http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/12/programa-de-sustentacao-do-investimento](http://www.brasil.gov.br/acl_users/credentials_cookie_auth/require_login?came_from=http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/12/programa-de-sustentacao-do-investimento)>. Acesso em: 12 jun. 2014a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Cadeia produtiva**. Brasília: 2014. Disponível em: <[www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3252](http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3252)>. Acesso em: 27 jun. 2014b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Arranjos produtivos locais**. Brasília: 2014. Disponível em: <[www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300](http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300)>. Acesso em: 27 jun. 2014c.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Certificado de origem**. Disponível em: <[www.mdic.gov.br/sitointerna/interna.php?area=5&menu=406&refr=2251](http://www.mdic.gov.br/sitointerna/interna.php?area=5&menu=406&refr=2251)>. Acesso em: 9 jul. 2014d.

\_\_\_\_\_. Governo Federal. **Saúde e segurança ocupacional**: Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP. Disponível em: <[www.previdencia.gov.br/menu-saude-e-seguranca-ocupacional-nexo-tecnico-epidemiologico-previdenciario-ntep](http://www.previdencia.gov.br/menu-saude-e-seguranca-ocupacional-nexo-tecnico-epidemiologico-previdenciario-ntep/)>. Acesso em: 12 jul. 2014e.

\_\_\_\_\_. Receita Federal. **Depreciação acelerada**. Disponível em: <[www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2002/permresp2002/pr371a375.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2002/permresp2002/pr371a375.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2014f.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Tráfego aéreo**. Disponível em: <<http://servicos.decea.gov.br/arquivos/publicacoes/afc10872-6c8a-46ac-85adb26f641a1d8a.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014g.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Financiamento no Brasil**: desafio ao crescimento. Brasília: CNI, 2003. Disponível em: <[www.cni.org.br/portal/data/files/00/8A9015D01418E1EE01143BE-D721E217A/Financiamento%20no%20Brasil%20-%20Desafio%20ao%20Crescimento%202003.pdf](http://www.cni.org.br/portal/data/files/00/8A9015D01418E1EE01143BE-D721E217A/Financiamento%20no%20Brasil%20-%20Desafio%20ao%20Crescimento%202003.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **101 propostas para modernização trabalhista**. Brasília: CNI, 2012. Disponível em: <[www.sinaees-sp.org.br/arq/cniprop.pdf](http://www.sinaees-sp.org.br/arq/cniprop.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Mapa estratégico da indústria 2013-2022**. Brasília: CNI, 2014a. Disponível em: <[www.sistemaindustria.org.br/publicacao/mapa\\_estrategico/index.html](http://www.sistemaindustria.org.br/publicacao/mapa_estrategico/index.html)>. Acesso em: 27 jun. 2014a.

\_\_\_\_\_. Sistema Integrado de Bolsa de Resíduos. **Bolsa de resíduos**. Brasília: CNI, 2014b. Disponível em: <[www.sibr.com.br/sibr/index\\_bolsa.jsp](http://www.sibr.com.br/sibr/index_bolsa.jsp)>. Acesso em: 14 jul. 2014b.

\_\_\_\_\_. Sistema Integrado de Bolsa de Resíduos. **Sistema Integrado**. Brasília: CNI, 2014c. Disponível em: <[www.sibr.com.br/sibr/index\\_sistema.jsp](http://www.sibr.com.br/sibr/index_sistema.jsp)>. Acesso em: 14 jul. 2014c.

GEREFFI, G. **The organization of buyer-driven global commodity chains**: how U.S. retailers shape overseas production networks. Londres: Greenwood Press, 1994.

JARDIM, J. M.; MARCONDES, C. H. **Políticas de informação governamental**: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. Disponível em: <[http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/237/ENAN064\\_Jardim\\_Marcondes.pdf?sequence=1](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/237/ENAN064_Jardim_Marcondes.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 23 jul. 2014.

LAGE, E. S. et al. Gás não convencional: experiência americana e perspectivas para o mercado brasileiro. **BNDES Setorial 37**, 2013. p. 33-88. Disponível em: <[www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3702.pdf](http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3702.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2014.

PARANÁ. **Lei Estadual de Mudanças Climáticas**. Curitiba, 25 abr. 2012. Disponível em: <[www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=282](http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=282)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Fundo Paraná**. Disponível em: <[www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79](http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79)>. Acesso em: 14 jul. 2014.

PAZELLO, F. R. **Desonerações tributárias das operações de exportação**: a imunidade das contribuições sociais e a isenção do ISS. 141 f. Tese (Mestrado em Direito) – Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp068931.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp068931.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2014.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. Brasília: São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SCHMID, M. Manutenção de florestas nativas como forma de geração de renda. **Revista da Madeira**, Brasília, n. 117, nov. 2008. Disponível em: <[www.remade.com.br/br/revistademadeira\\_materia.php?num=1328&subject=Preservação&title=Manutenção%20de%20florestas%20nativas%20como%20forma%20de%20geração%20de%20renda](http://www.remade.com.br/br/revistademadeira_materia.php?num=1328&subject=Preservação&title=Manutenção%20de%20florestas%20nativas%20como%20forma%20de%20geração%20de%20renda)>. Acesso em: 14 jul. 2014.

THE OCCUPATIONAL HEALTH & SAFETY GROUP . **The health and safety & OHSAS guide**. 2014. Disponível em: <[www.ohsas-18001-occupational-health-and-safety.com/index.htm](http://www.ohsas-18001-occupational-health-and-safety.com/index.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2014.

# **Lista de Siglas**

Apex-Brasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos	ISS – Imposto sobre Serviço
APL – Arranjo Produtivo Local	MPE – Micro e Pequena Empresa
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	MPME – Micro, Pequenas e Médias Empresas
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	MRE – Ministério das Relações Exteriores
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul	NR – Norma Regulamentadora
CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho	OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho	Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CNI – Confederação Nacional da Indústria	PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	PIS – Programa de Integração Social
CAMEX – Câmara de Comércio Exterior	PPP – Parcerias Público-Privadas
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Fiep – Federação das Indústrias do Estado do Paraná	Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	Sesi – Serviço Social da Indústria
GLP – Gás Liquefeito de Petróleo	SINE – Sistema Nacional de Emprego
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
IEL – Instituto Euvaldo Lodi	Sped – Sistema Público de Escrituração Digital
INSS – Instituto Social do Seguro Social	SST – Segurança e Saúde no Trabalho
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	Sudesul – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

# PROPOSTAS PARA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA PARANAENSE

## RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICA INDUSTRIAL

### Termo de Compromisso do Candidato(a) – 1<sup>a</sup> Via

Eu, \_\_\_\_\_,  
candidato(a) a \_\_\_\_\_, pelo partido \_\_\_\_\_/PR, número \_\_\_\_\_, **comprometo-me publicamente** que:

1. Tive conhecimento do documento “PROPOSTAS PARA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA PARANAENSE: RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICA INDUSTRIAL”, apresentado pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná – Sistema Fiep.
2. Realizarei esforços para concretizar as recomendações que estejam sob minha alçada.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Assinatura do candidato(a)

Testemunhas:

---

Nome:

RG:

---

Nome:

RG:

# **PROPOSTAS PARA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA PARANAENSE**

## **RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICA INDUSTRIAL**

### **Termo de Compromisso do Candidato(a) – 2<sup>a</sup> Via**

Eu, \_\_\_\_\_,  
candidato(a) a \_\_\_\_\_, pelo partido \_\_\_\_\_/PR, número \_\_\_\_\_, **comprometo-me publicamente** que:

1. Tive conhecimento do documento “PROPOSTAS PARA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA PARANAENSE: RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICA INDUSTRIAL”, apresentado pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná – Sistema Fiep.
2. Realizarei esforços para concretizar as recomendações que estejam sob minha alçada.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Assinatura do candidato(a)

Testemunhas:

---

Nome:

RG:

---

Nome:

RG:



**FIEP**  
**SESI**  
**SENAI**  
**IEL**

*Sistema Federação das  
Indústrias do Estado  
do Paraná*